



NO AMAPÁ

Guarda Municipal de Laranjal do Jari é a 1ª a usar arma letal (3)



NO JAPÃO

Mundial de Paratletismo terá Wanna Brito defendendo Brasil (5)



PL MULHER TRAZ MICHELLE BOLSONARO PARA EVENTO EM MACAPÁ (4)

Ex-primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, sábado de manhã, dia 13, participará de encontro do PL Mulher do Amapá, em Macapá.



EMERGÊNCIA

Setrap inicia reforma da ponte sobre rio Anauerapucu (3)

PRESIDENTE LULA ASSINA MP QUE 'TRAVA' REAJUSTE DE 44% NA CONTA DE LUZ NO AMAPÁ

MP foi resposta ao esforço coletivo do senador Randolfe Rodrigues; governador Clécio Luis; ministro da integração e desenvolvimento regional, Waldez Goes; e senador Davi Alcolumbre (4)

Foto/Divulgação



AGRICULTOR SEXAGENÁRIO MORRE EM COLISÃO NO TRÂNSITO

Ivan Pinheiro, 62, morreu em colisão de moto, da qual ele era o garupa, e carro dirigido por professora (23)

ESTA EDIÇÃO



24 páginas

19h Fechamento na Redação

ÍNDICE

Editoria/Págs.	CEA	6
From	CEA	7
Cidades	CEA	9
Política	CEA	11
Esporte	CEA	12

INDICADORES

Dólar Comercial	R\$ 5,01
Dólar Turismo	R\$ 5,20
Euro	R\$ 5,29
Poupança	3,567%
Salário Mínimo	R\$ 1,412

Atendimento ao cliente



(96) 3223-7690

Redação, Publicidade, Classificados, Entregas, Assinaturas, MACAPÁ E REGIÃO (Segunda a sexta, das 8h às 18h)



FROM LUIZ MELO



A RÁDIO
O JORNAL
AGORA
WEBTV

FALE COM O LUIZ MELO

E-mail: luizmello.da@uol.com.br

Blog: www.luizmelo.blog.br

Twitter: @luizmelodiario

Instagram: @luizmelodiario © 2018

Calado

O atual vice-prefeito e pré-candidato pelo PDT à prefeitura de Mazagão, José Hosana mantém silêncio sepulcral sobre a Operação Cartas Marcadas, que expôs desvios milionários na gestão de Dudão. Segundo relatório preliminar do MP, desvios ultrapassam os R\$ 200 milhões.



Minoria

Helena Lima (Solidariedade), Josivaldo Abrantes (PDT), Professora Carmem (PP) e Socorro Nogueira (PT) são os vereadores com mandato, em Santana, que não mudaram de legenda, com a janela partidária aberta até sábado passado. E pensar que a bancada da Câmara do município tem 15 edis.

Voo das borboletas

Depois da janela partidária, a configuração da Câmara Municipal de Macapá ficou assim: o PRD passou a ter 4 vereadores, tornando-se a maior bancada da CMM. Houve partidos que encolheram e ficaram sem representantes, enquanto outros ampliaram ou ganharam, como é o caso do PT, que antes não tinha e agora tem um vereador, Claudiomar Rosa.

Marketing

GEA lança nova logo da gestão com referência a símbolos dos povos originários, Monumento Marco Zero, em cores vibrantes e com slogan que lembra a campanha de Clécio em 2022: "Pelo Amapá inteiro".

Reação

Movimento popular 'Fora Dudão!' faz barulho em caminhada pela cidade e na Câmara de Vereadores de Mazagão, na sessão desta quarta 10, que debaterá efeitos negativos da Operação Cartas Marcadas para o município.

Comparativo

Negociando tete-à-tete com liderança dos servidores da casa, Alliny Serrão concedeu 5% de aumento para o pessoal. Assim sendo, reajuste salarial concedido pela presidente, em um ano e dois meses, suplanta 10%, enquanto nos últimos 5 anos os reajustes somaram 12 pontos percentuais.

Tentativa

Ex-deputada Roseli Matos quer dar a volta por cima na política, disputando vereança em Santana. Está firme e forte, por lá, como pré-candidata, vestindo camisa do Solidariedade

Feirão

No dia 13 de abril, acontece a 1ª AgroFest, uma feira que reunirá agricultura, artesanato e cultura. "O GEA está apoiando o evento para fortalecer a economia municipal e continuar desenvolvendo o setor primário", diz o secretário Rafael Martins (SDR).

Atitude

Ex-prefeito Ofimey Sadala, baseado em pesquisa, está tendendo a vir candidato a vereador, no 2º maior município do Amapá, em detrimento do filho Ofir, cuja campanha não decolou na União Brasil.



Sangue novo

Já filiada ao Solidariedade, Bruna Rezende estreia como candidata à vereança, em outubro. Filha de Bruno Mineiro (prefeito) e Lilliane (deputada), Bruna, mais ousada, disputa vaga em Macapá, ao invés de Tartarugalzinho, onde o pai mantém canteiro de votos.



Vitória

A nova MP, assinada hoje (9/4) pelo PR Luiza, vai estabelecer um teto de reajuste para evitar aumentos abusivos, como o de 44% previsto para o Amapá. É resultado da união de toda a classe política do estado, em conjunto com os ministros Situeira (Minas e Energia), WGóes (MDR), bancada federal e a liderança do governador Clécio Luis. É a concretização de uma luta iniciada pelo nosso mandato, ainda no ano passado, para barrar esse aumento na conta de energia dos amapaenses, comemora Davi Alcolumbre.

RAPIDINHAS

EX-PRIMEIRA-DAMA - Michelle se prepara para vir a Macapá, pela 2ª vez. Na 1ª, ela esteve aqui durante campanha para reeleição presidencial do marido Bolsonaro. Agora, vem para encontro do PL Mulher.■

SEM EFEITO - Demorou pouco a liminar impedindo divulgação dos aprovados no processo seletivo da Unifap, por questão de cotas de alunos de escolas públicas. Decisão foi derrubada pelo TRF 1ª Região.■

NOS CONFORMES - TRE/AP, na sessão desta terça 9, vota e aprova contas do Podemos - agora também habilitado a acesso ao fundo partidário na eleição de outubro.■

MARIO EUGENIO

Tecnologista Sênior

E-MAIL: MARIOSATURNO@UOL.COM.BR



Cristo criou uma religião?

Essa é uma questão que exige um pouco da Lógica (Filosofia) e muito da Fé provida dos Profetas e da Lei (Antigo Testamento). Inicialmente, temos que entender que há dois Antigos Testamentos, a versão Hebraica dos judeus de Israel e a Septuaginta dos judeus de Alexandria, Egito, que falavam grego. Os cristãos usavam mais a Septuaginta. Aliás, Isaías (7,14) fala em virgem na Septuaginta, mas jovem na Hebraica.

Moisés estabeleceu a religião do Deus-Único, que se falasse Português, Deus teria se apresentado como Eu Sou, mas como falava hebraico, falou Yahweh, ou aportuguesado Javé (para Jeová, precisa de outro artigo). Só que no tempo de Jesus, já havia derivações, como a Farisaica (vide At 23,6-10) e os próprios Samaritanos (vide At 4,1-12).

Uma religião é composta de crenças (das origens, da vida, do divino e do fim), os textos sagrados, as entidades sobrenaturais, os rituais, a Moral e a Ética, os locais sagrados e, claro, a comunidade religiosa e os sacerdotes (que administram e ensinam o sagrado). Os judeus dispunham dessa estrutura, se Jesus criou isso ou delegou o complemento, estará respondida a questão.

E (1) Jesus iniciou sua vida pública pregando uma nova doutrina, baseado no amor ao próximo, não aboliu nem a Lei, nem os profetas, aperfeiçoou-a (Mateus 5,17). Herdar Moisés já seria suficiente, mas continuemos.

Então, (2) Jesus convidou apóstolos (que se tornaram sacerdotes) e discípulos, (3) criou uma comunidade (eclesia, igreja), (4) instituiu ritos, como o Batismo (Mt 28,19) e a Ceia Pascal (Lucas 22).

E (5) instituiu hierarquia e autoridade, a figura do sumo-sacerdote: feliz és, Simão, porque quem te revelou isto foi meu Pai que está nos céus (Deus fala a Pedro), tu és kefas (Pedro, Jesus falava em aramaico neste momento e não latim), e sobre esta kefas (pedra) edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela; Eu te darei as chaves do Reino dos Céus:

tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus (Mt 16,16-19).

Diga-se o que quiser, mas o evangelista escreveu no singular e dirigido a Pedro. O próprio São Paulo chama a comunidade de "Igreja de Deus" e dá testemunho da primazia de Pedro (conforme Gálatas 2,7-8). Nos versículos anteriores vemos que Paulo submeteu-se aos apóstolos. Ainda no capítulo anterior, Paulo diz que "não há dois evangelhos (boas novas): há apenas pessoas que semeiam a confusão entre vós e querem perturbar o Evangelho de Cristo. Mas, ainda que alguém - nós ou um anjo baixado do céu - vos anunciasse um evangelho diferente do que vos temos anunciado, que ele seja anátema (excomungado). Repito: se alguém pregar doutrina diferente da que recebestes, seja ele excomungado" (Gl 1, 7-9). Perceberam o "anjo baixado do céu" para enganar?

É isso, Cristo fundou religião nos moldes da judaica, com doutrina e promessa de jamais abandonar, tinha até tesoureiro, assim como fez também com a Bíblia que, apesar dos maus, ela foi preservada íntegra, sem mácula, sem alteração do original, com todos os seus 73 livros (Septuaginta).■

CIDADES



FALE COM A REDAÇÃO

E-mail: diario-ap@uol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa

SEGURANÇA

GUARDA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARÍ ASSINA CONVÊNIO COM A PF SOBRE PORTE DE ARMAS DE FOGO



WALLACE FONSECA
ESTAGIÁRIO

A Guarda Civil Municipal Laranjal do Jari (GCML) assinou convênio com a Polícia Federal, na última segunda-feira, 8, garantindo à força de segurança como a primeira do segmento a portar o armamento letal, no estado. Sobre o assunto, no programa 'LuizMeloEntrevista' (Diário FM 90,9) desta terça-feira, 9, falou o comandante da GCML, inspetor Rogério Lemos, dando detalhes sobre os desdobramentos do ocorrido.

"Ontem assinamos o acordo de cooperação técnica junto com a Polícia Federal, que nos habilitará a usar o armamento letal em nosso exercício. Hoje a Guarda Municipal de Laranjal do Jari conseguiu esse objetivo determinado pelo nosso prefeito, Márcio Serrão", celebrou Rogério.

O capitão também informou que as guardas municipais, para se habilitarem a trabalhar armada precisam atender a matriz

curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Senasp. São aproximadamente de 600 horas de curso, que focam principalmente no uso do armamento letal.

A Guarda Civil de Laranjal do Jari conta com efetivo de 162 membros, divididos em inspetores e subinspetores, guarda primeira classe. "A princípio só estamos habilitando 120 guardas nesse primeiro momento do armamento. É um movimento muito grande; estamos nessa luta há praticamente um ano, e ontem conseguimos de fato celebrar o acordo que nos dará essa grande vitória para a segurança pública de Laranjal do Jari", falou Rogério.

Sobre o uso das armas de fogo, o capitão informou que a parte da legalidade já está finalizada, e que só falta a questão do porte. Cada servidor terá seu porte exclusivo com a numeração determinada designada em sua carteira funcional, e poderá portar o armamento fora do serviço, desde que o armamento seja institucional. ■

MELHORIA

Setrap inicia reforma emergencial da ponte sobre o Rio Anauerapucu

O Governo do Amapá inicia nesta quarta-feira, 10, a reforma emergencial da ponte de madeira sobre o Rio Anauerapucu, localizada na Rodovia AP-010, no município de Santana. Para que os serviços sejam executados, o tráfego de veículos será parcialmente interditado no local e funcionará em horários alternados.

Os trabalhos serão realizados pela Secretaria de Estado de Transportes (Setrap), que fará a substituição da estrutura antiga por uma nova. Durante a obra, continua proibida a passagem de veículos pesados até que os serviços sejam concluídos. Já os veículos domésticos e com carga leve, podem transitar normalmente nos horários permitidos de segunda-feira a sábado. De acordo com o secretário de Transporte, Valdeci Amanajás, para o início dos trabalhos na ponte foram realizadas as



vistorias técnicas para detecção de problemas estruturais, agravados pelo fluxo intenso de veículos pesados que desgastam as peças em madeira, também afetadas pelos processos naturais, como fatores climáticos. "Realizamos esses serviços emergenciais para garantir a trafegabilidade na região que reúne comunidades rurais. Os condutores devem ficar atentos quanto aos horários, pois durante esse período, ficará proibida a circulação de veículos na ponte", alerta o secretário.

Confira os horários de interdição para obras na ponte.

- 8h às 12h e 14h às 18h ■

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA

Sociedade Anônima de Capital Fechado
 NIRE 16300015066 | CNPJ nº 05.965.546/0001-09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e do regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2024, às 17:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia; e (vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams". A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico para participação à distância. Para participação na Assembleia Geral, a Companhia requer que o acionista solicite seu cadastro até o dia **24 de abril de 2024**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail ri@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). Em atenção ao estabelecido na IN DREI nº 81/2020, ainda que a Solicitação de Acesso e envio dos documentos não ocorram no prazo requerido pela Companhia, será permitida a participação do acionista que enviar os documentos solicitados até, no máximo, 30 (trinta) minutos antes do horário da abertura dos trabalhos. Validada a sua condição pela Companhia, o acionista que enviar a solicitação de acesso até o prazo requerido pela Companhia, receberá, na 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à **Sala de Espera**, na qual será confirmada sua identificação e, uma vez confirmada, será concedido o acesso para participação à reunião virtual. Caso o acionista não receba as instruções de acesso até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular, do acionista e de seu representante, conforme o caso; (ii) comprovante da titularidade de ações; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados); (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde for passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou, advogado consoante previsto no art. 126 § 1º, da Lei das S.A. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>). Macapá/AP, 09 de abril de 2024. **Augusto Miranda da Paz Júnior** - Presidente do Conselho de Administração.



OPORTUNIDADE

MPF abre inscrições de estagiários dos cursos de direito e comunicação social

O Ministério Público Federal (MPF) no Amapá abriu, na terça-feira (9), inscrições de seleção de estagiários de nível superior para atuação na sede do órgão em Macapá. São duas vagas imediatas para o curso de direito e uma para comunicação social, além de cadastro reserva nas duas áreas. As inscrições iniciais devem ser feitas pelo link disponível na página da seleção, em www.mpf.mp.br/ap, até 21 de abril. As provas objetivas e discursivas estão previstas para 12 de maio. ■

POLÍTICA



FALE COM A REDAÇÃO

E-mail: diario-ap@uol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa

VITÓRIA

LULA ASSINA MP QUE ESTABELECE TETO DE REAJUSTE NA TARIFA DE ENERGIA

MP foi resposta ao esforço coletivo do senador Randolfe Rodrigues; governador Clécio Luis; ministro da integração e desenvolvimento regional, Waldez Gomes; e senador Davi Alcolumbre

O presidente Lula assinou, nessa terça-feira, 9, em Brasília, a Medida Provisória das Energias Renováveis e da Redução dos Impactos Tarifários. O texto vai minimizar o reajuste da tarifa de energia elétrica para os estados da região Norte, em especial do Amapá.

Em dezembro de 2023, Lula esteve no estado ao lado do senador Randolfe Rodrigues, do governador Clécio Luis, do ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Gomes, e do senador Davi Alcolumbre, e assumiu o compromisso com a população amapaense.

Para Randolfe, a Medida Provisória é uma conquista para todos os amapaenses:

“O dia de hoje marca uma grande vitória para nosso povo e demonstra a preocupação do nosso governo com a vida e a qualidade dos brasileiros. Esse texto vai melhorar o serviço elétrico em nosso estado e, mais que isso, reduzir a tarifa energética. Trabalhamos muito de setembro, quando surgiu o reajuste absurdo de 44%, até o dia de hoje. Mas, sem a menor dúvida, toda a mobilização e empenho valeram a pena”,

conclui.

Segundo dados do governo, a Medida Provisória deverá destravar investimentos na ordem de R\$ 165 bilhões em energia renovável e viabilizar a geração de 400 mil novos empregos, diminuindo

impactos nos reajustes anuais da tarifa de energia elétrica até 2026 para todo o Brasil. Além disso, a MP também prevê impacto na conta de luz: a expectativa é de que haja redução da tarifa entre 3,5% até 5% ao ano. ■



EVENTO

MICHELLE BOLSONARO DESEMBARCA EM MACAPÁ PARA PARTICIPAR DE ENCONTRO DE MULHERES

DOUGLAS LIMA
EDITOR

A ex-primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, desembarcará sexta-feira, 12, em Macapá, para no sábado de manhã participar de encontro com público feminino do estado em evento organizado pelo PL Mulher, ala do Partido Liberal da qual ela é a presidente nacional.

Segundo a assessoria do PL Mulher Amapá, segmento liberal que está à frente da organização do encontro com Michelle Bolsonaro, o acontecimento, no Nuance Eventos, bairro Beírol, buscará incentivar e engajar a participação das mulheres na política.

Além da ex-primeira-dama, o evento terá a participação da vice-presidente nacional do Partido Liberal, deputada federal mato-grossense, Amália Barros; a presidente do PL Mulher do Amapá, deputada federal Sonize Barbosa; e a presidente municipal do PL Mulher de Macapá, também deputada federal Sílvia Waiápi.

O encontro, segundo o previsto, também terá a presença de mulheres de todos os municípios do Amapá, previamente inscritas numa plataforma digital. A vinda de Michelle Bolsonaro ao Amapá integra circuito que o Partido Liberal Mulher faz por todo o Brasil. ■

ESPORTES



FALE COM A REDAÇÃO

E-mail: diario-ap@uol.com.br

site: www.diariodoamapa.com

twitter: @diariodoamapa

Instagram: @diariodoamapa

ORGULHO

WANNA BRITO É CONVOCADA PARA MUNDIAL DE PARATLETISMO NO JAPÃO



LANA CAROLINE
EDITORA DE ESPORTES

Na segunda-feira (08), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) divulgou a convocação de 50 atletas e 10 atletas-guia para o Mundial de atletismo paralímpico em Kobe, no Japão, que será realizado de 17 a 25 de maio deste ano. A amapaense Wanna Brito foi uma das convocadas para a competição. Ela estará competindo na classe F32.

“Vamos juntos para mais uma grande missão. Rumo a Kobe. Gratidão a Deus por tudo sem-

pre”, escreveu a paratleta, em suas redes sociais.

A composição da delegação brasileira foi feita com base nos critérios de entrada divulgados pelo CPB em janeiro deste ano. Todos os atletas convocados precisaram cumprir com os requisitos mínimos de elegibilidade do World Para Athletics (WPA, entidade ligada ao Comitê Paralímpico Internacional e que rege a modalidade em âmbito mundial) para o Mundial de Kobe 2024.

Wanna é uma paratleta que vem sempre se destacando no cenário nacional e internacional.

Recentemente, no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo (SP), estabeleceu um novo recorde mundial no arremesso de peso de sua classe, alcançando 7m85.

Além disso, ela bateu o recorde das Américas no arremesso de club, batendo a marca de 26,38m.

Wanna também conquistou medalha de ouro Parapan de Santiago, no Chile, no arremesso de peso. A atleta é atualmente a 1ª no ranking mundial do arremesso de peso e 2ª no lançamento de club em sua classe. ■

LEVANTAMENTO DE PESO

Laura Amaro conquista vaga em Paris 2024



A atleta Laura Amaro, do levantamento de peso, será mais uma brasileira em Paris 2024. Ela somou 253kg na Copa do Mundo de Phuket, na Tailândia, e chegou ao top-10 do ranking mundial da categoria até 81kg. A competição aconteceu nesta terça-feira (9).

Com a conquista, Laura se tornou a 184ª esportista com vaga garantida em Paris. A atleta é carioca e tem 23 anos. Laura foi bronze no Pan de Santiago e participará pela primeira vez de uma Olimpíada.

Na Tailândia, ela conseguiu levantar 112kg no arranco, 141kg no arremesso e, assim, chegou aos 253kg. ■

BRASIL TERÁ 17 ATLETAS

Rio de Janeiro sedia seletiva olímpica de tiro esportivo

A cidade do Rio de Janeiro será palco, a partir da próxima quinta-feira (11), da seletiva olímpica de carabina e pistola. A competição, disputada no Centro Militar de Tiro Esportivo, em Deodoro, contará com a participação de 466 atletas representando 75 países.

Na competição o Brasil será representado por 17 atletas: Cassio Rippel, Dimas Ferreira, Eduardo Sampaio, Geovana Meyer, Leonardo Vagner e Victor Bayna nas provas de carabina, e Adalto da Silveira, Ana Luiza Ferrão, Cibele Breide, Emerson Duarte, Felipe Wu, Mariana Betoni, Marina Mendonça, Philippe Chateaubrian, Roberto Gomes, Tatiana Diniz e Vladimir da Silveira nas provas de pistola.

O evento, que terá atletas dos cinco continentes (América, África, Ásia, Europa e Oceania), definirá os últimos 16 atletas classificados para as provas de carabina e pistola da próxima edição dos Jogos Olímpicos, que serão disputados em Paris (França). ■

AMAPAZÃO

Independente vence Oratório e termina primeira fase na liderança

A segunda-feira (08) foi um dia decisivo para definir os jogos das semifinais do Campeonato Amapaense de Futebol. O líder Independente venceu o Oratório por 2x1, no Estádio Zerão, e se isolou mais ainda do vice Trem. Já a Orca, mesmo com a derrota, ficou em quarto lugar na tabela e garantiu a sua vaga nas semifinais.

Os gols do Carcará da Vila Maia foram marcados por Marudá e Balão Marabá. Já Abuda marcou para a Orca.

Após o resultado do jogo, foram definidas as partidas das semifinais: Independente x Oratório se encaram no dia 13 de abril, às 16h, no Estádio Glicério Marques. Já o jogo entre Trem x Santos acontece no dia 15 de abril, às 20h, no Estádio Zerão. ■





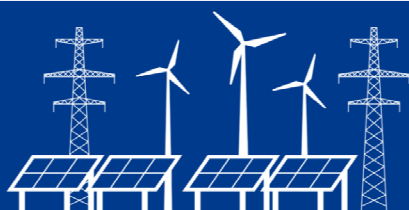
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO AMAPÁ

LICENÇA PRÉVIA

Toma público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA a Licença Prévia Nº 007/2023-SEMA/AP, para ampliação do Complexo Penitenciário (Construção da Penitenciária de Segurança Média).

Macapá - AP, 09 de abril de 2024

LUIZ CARLOS GOMES JÚNIOR
Diretor-Presidente do IAPEN
Decreto nº 1722/2023 - GEA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A Administração da CEA - Equatorial Amapá, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As informações não financeiras da CEA - Equatorial Amapá, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (LPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes. **Destaques de 2023.** > O volume de energia faturada no ano de 2023 aumentou 12,2% em relação a 2022, atingindo 1.204 GWh;

> A Receita Operacional Líquida (ROL) sem receita de construção aumentou 24,2% em 2023, totalizando R\$ 968 milhões, enquanto que em 2022 fechamos com 780 milhões; > O Lucro Líquido atingiu R\$ 77 milhões em 2023, comparado a R\$ 389 milhões em 2022. > Os investimentos da CEA - Equatorial Amapá somaram R\$ 450 milhões em 2023, aumento de R\$ 62 milhões em relação a 2022 que fechou em 388 milhões; > As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2023 reduziram 4,56 p.p. no ano, atingindo 41,40% da energia requerida. > Em 2023, os Índices de DEC e FEC da CEA - Equatorial Amapá (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 33,05 horas e 15,13 vezes, redução de 25,05% e 23,25% respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do ano anterior.

Mensagem do Presidente. Em 24 de novembro de 2021 o Grupo Equatorial Energia assumiu o desafio de transformar a Distribuidora de Energia do Amapá. Em 2023 trabalhamos fortes com foco na expansão das frentes de trabalho e integração das equipes, nas oportunidades de melhorias operacionais, continuidade e expansão da cultura Equatorial na companhia com o objetivo de reestruturar e transformar a CEA Equatorial em referência no setor elétrico, com entrega de construção da Subestações São José, dos 30 km de rede de alta tensão no município de Serra do Navio, aquisição da 1ª subestação móvel do estado, avançamos também na continuidade e expansão dos programas de benefício à sociedade, como as campanhas de cadastro na Tarifa Social de Energia Elétrica, ultrapassando a marca de 100 mil famílias cadastradas, programas de eficiência energética, como E+ geladeira, E+ Troca de Lâmpadas e E+ Luzes na Cidade e programas profissionalizantes, como E+ Profissional, avanço do programa "Luz para Todos", juntamente com sua vertente "Mais Luz para Amazônia". Acreditamos que com a expertise do Grupo Equatorial, que já transformou as distribuidoras do Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas, e com a continuidade dos processos e padrões já implementados desde a assunção, teremos sucesso semelhante aqui no Amapá. **Augusto Dantas Borges - Diretor-Presidente.**

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Amapá

Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Amapá



AMAPÁ	
Capital	Macapá
Área (km²)	142.471
% da Região Norte	3,70%
% do Brasil	1,67%
Número de Municípios	16
População estimada IBGE 2022 (hab)	733.759
% da População Nacional	0,36%
Densidade demográfica (hab/km²)	5,15
PIB IBGE Per Capita 2022	20.100 Bilhões
% PIB Brasileiro	0,20%

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>

No ano de 2023, a energia faturada na região Norte cresceu 7,4%, enquanto o crescimento nacional foi 2,3%. O Estado do Amapá apresentou crescimento de 6,3%, fundamentalmente explicado pela variação das classes Baixa Renda (+197,6%) e comercial (+15%), amenizando os efeitos da queda nas classes industrial (-63%), residencial convencional (-15%), e outros (-17%).

Número de consumidores

Consumidores	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial Convencional	95.101	114.309	147.355	161.436	162.258	158.464	162.891
Residencial Baixa Renda	100.673	64.152	29.419	23.630	21.160	23.790	18.026
Industrial	242	247	289	342	347	369	404
Comercial	15.713	15.503	16.763	18.471	18.437	17.839	17.904
Outros	5.724	4.783	4.925	4.732	4.694	4.500	4.520
Total	217.453	198.994	198.751	208.611	206.896	204.962	203.745
Var.	9,3%	0,1%	-4,7%	0,8%	0,9%	0,6%	2,1%

O número total de consumidores aumentou 9,3% em relação ao ano de 2022, provocado principalmente pela migração da classe residencial para a baixa renda, que passou de 64.152 cadastros em 2022 para 100.673 em 2023.

Mercado atendido

Mercado Total (MWh)

Mercado	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial							
Convencional	364.117	427.086	551.051	471.630	481.854	499.152	551.691
Residencial Baixa Renda							
Renda	306.693	103.040	49.749	46.515	43.105	45.835	27.709
Industrial	42.124	113.906	116.526	106.689	106.095	87.950	61.826
Comercial	288.128	250.835	251.135	232.808	261.206	229.218	254.838
Outros	175.533	212.013	152.512	156.293	178.320	138.418	173.086
Total	1.176.596	1.106.880	1.120.973	1.013.935	1.070.580	1.000.573	1.069.150
Var.	6,3%	-1,3%	10,6%	-5,3%	7,0%	-6,4%	2,1%

Comportamento do mercado. A energia distribuída aumentou 6,3% comparando 2023 em relação a 2022, sendo os maiores impactos na classe baixa renda (+198%) com registro de 36.521 novos consumidores entre os períodos, além da migração de muitos clientes da classe residencial convencional. A classe Comercial cresceu (+15%) registrando 26.519 MWh a mais do que em 2022. O aumento das duas classes amenizou os efeitos da queda nas classes industrial (-63%), residencial convencional (-15%), e outros (-17%).

Balanço energético

Balanço energético (MWh)	4T22	4T23	Var.	2022	2023	Var.
CEA						
Sistema interligado	540.263	537.626	(2.637)	2.009.609	1.968.307	(41.302)
Sistema isolado	13.202	14.446	1.244	49.109	51.987	2.878
Energia injetada pela Geração Distribuída	5.308	12.448	7.140	16.024	35.559	19.535
Energia injetada	558.772	564.520	5.748	2.074.742	2.055.854	(18.888)
Energia distribuída	335.264	341.052	5.788	1.121.277	1.204.798	83.521
Perdas totais	223.508	223.468	(40)	953.465	851.056	(102.409)
Perdas sem Geração Distribuída	223.036	220.800	(2.236)	951.837	843.699	(108.138)

Tarifas. As tarifas médias líquida e bruta de fornecimento de energia elétrica em 2023, atingiram R\$ 643,8 e R\$ 842,11, representando aumentos de 55,09% e 58,19% respectivamente, em relação a 2022.

Tarifa Média Fornecimento (Líquida), em MWh

Mercado	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	641,2	529,92	505,45	519,53	545,98	528,17
Industrial	610,6	233,05	253,81	264,88	285,00	288,89
Comercial	675,3	452,14	445,03	453,71	470,23	445,49
Rural	694,8	495,66	428,69	413,91	394,48	381,23
Poder Público	667,2	406,63	397,76	421,36	441,02	405,94
Iluminação Pública	376,4	349,09	279,70	294,82	315,96	299,74
Serviço público	611,1	322,97	296,10	299,36	318,48	298,89
Consumo Próprio	714,1	531,15	494,57	523,35	535,01	521,28
Total	643,8	415,08	387,64	398,87	413,27	396,20
Var.	55,09%	7,08%	-2,81%	-3,49%	4,31%	27,29%

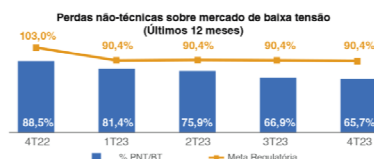
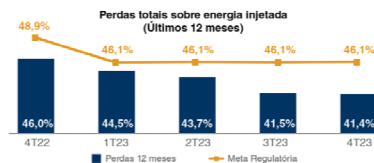
Tarifa Média Fornecimento (Bruta) em MWh

Classes	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	845,70	678,34	637,45	639,92	679,98	661,54
Industrial	799,82	321,76	318,20	313,45	383,97	395,66
Comercial	893,87	595,09	577,60	574,23	604,00	581,16
Rural	894,09	618,32	530,33	500,50	482,62	470,29
Poder Público	796,08	478,33	459,07	485,60	509,36	472,27
Iluminação Pública	531,75	438,68	369,08	370,59	401,33	382,97
Serviço público	808,10	438,35	406,12	392,75	421,53	401,79
Consumo Próprio	941,37	689,75	640,87	658,48	679,40	664,49
Total	842,11	532,33	492,34	491,94	520,27	503,77
Var.	58,19%	8,12%	0,08%	-5,45%	3,28%	28,35%

Gestão dos Negócios

Combate às perdas

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia CEA alcançou o patamar de 2.055 GWh, redução de 0,9% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 1.204 GWh, o que representou aumento de 12,2% na comparação com 2022. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 851 GWh, equivalente a 41,4% da energia requerida, implicando em redução de 4,6 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.

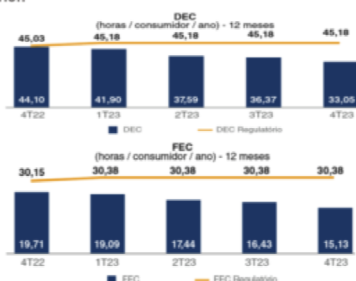


O ano de 2023 para a Equatorial CEA representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sendo observado desde o momento em que a Equatorial assumiu o controle da concessão e implementou sua metodologia de combate às perdas, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro do grupo. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perdas e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Podemos destacar que no ano de 2023 a Equatorial CEA alcançou valores expressivos no plano de combate às perdas. Apresentamos a seguir resumo das ações realizadas: • Regularização de 3,0 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 808 clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 15,6 mil clientes de baixa tensão; • Inspeção de 63,0 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 7,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 612 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 31,2 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 1,5 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Hoje a Equatorial CEA possui 1,6 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 41% do mercado de baixa tensão. **DEC e FEC.** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma queda de 25,05% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma queda de 23,25% em relação ao exercício anterior.



Assuntos Regulatórios. Conforme Contrato de Concessão nº 01/2021, em 13 de dezembro de cada ano, a CEA deve aplicar novas tarifas, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para os consumidores conectados à rede de distribuição do Amapá. Em 2023, contudo, o processo tarifário não teve deliberação e assim, mesmo diante da prerrogativa contratual, a ANEEL não publicou novas tarifas para a CEA, que segue aplicando as tarifas homologadas no processo tarifário de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.163/2022. A não homologação do processo de 2023, se deu no contexto em que, diante do alto índice de reajuste tarifário para o ciclo, em média 34,54% (trinta e quatro virgula cinquenta e quatro por cento), o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, assumiu o compromisso de editar uma Medida Provisória para mitigar o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores do Amapá. Isso posto, a ANEEL se posicionou no sentido de aguardar a publicação dessa MP para assim, refletir essa medida excepcional no processo tarifário de 2023 da CEA. Cabe destacar que, resta resguardado o direito da CEA de ter os efeitos financeiros decorrentes da postergação da aplicação de novas tarifas equalizadas posteriormente. Assim, a CEA segue aguardando deliberação do processo. **Relatório de Ações Sociais.** O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa avançar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental. No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tornar cada vez mais robusta a gestão desse valor. A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem

como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o iDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não-líderes. Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A Política de Saúde e Segurança do Trabalho também passou por atualização, tal qual a Política de Proteção de Dados Pessoais. A Equatorial Energia trabalhou, ainda, na aprovação de sua Política de Segurança Cibernética e da Informação. A Equatorial Energia entende que a gestão das emissões de gases de efeito estufa não só agrega valor às suas operações, acionistas e investidores, mas também proporciona benefícios à comunidade, sociedade e ao meio ambiente. É importante salientar que os GEES desempenham um papel significativo na criação de cenários mais frequentes e severos de escassez hídrica, ameaçando principalmente a geração de energia e os serviços de saneamento. A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R\$ 900 mil reais na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera. **Plataforma E+.** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade e E+ Geladeira Nova.** A CEA, por meio do E+ Comunidade, atuou nas comunidades da capital e do interior do estado em nutríes que disponibilizam serviços gratuitos, como a substituição de lâmpadas obsoletas por lâmpadas de LED, negociação de dívidas com planos de parcelamento especiais e o fomento ao registro na Tarifa Social Baixa Renda. Além disso, as comunidades têm a chance de substituir refrigeradores antigos por modelos novos e mais eficientes em termos energéticos, projeto que beneficiou mais de 500 famílias em 2023. **E+ Educação.** O programa E+ Educação tem seu foco na experiência do aprendizado, trabalhando em palestras, experimentos e distribuição de materiais educativos com foco no uso seguro e adequado da energia elétrica em escolas, associações de moradores, órgãos públicos e faculdades. Ao longo de 2023 foram realizadas 264 palestras, impactando um total de 10.376 alunos. **E+ Luzes na Cidade.** A concessionária, por meio do E+ Luzes na Cidade, promoveu melhorias na Fortaleza de São José de Macapá, localizada no município homônimo. O retrofit resultou na diminuição do consumo energético do ponto turístico, além de fomentar o turismo e aumentar a segurança na re-

gião. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado no ano foi de R\$ 968 milhões, 24,2% de aumento em relação à obtida no ano anterior. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 918 milhões, crescimento de 76,73% na comparação com 2022. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA foi positivo em R\$ 264 milhões, 1,45% superior ao ano anterior que encerrou em 260 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em -R\$ 175 milhões, contra R\$ 264 milhões positivos reportados em 2022. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, o resultado com IRPJ e CSLL da CEA foi no total de R\$ 22 milhões. Sendo R\$ 4,1 milhões com CSLL e R\$ 17,9 milhões com IRPJ. Basicamente explicado por um efeito não recorrente de reversão de provisão de valores prescritos referentes ao exercício de 2017. **Lucro líquido.** Em 2023, a CEA - Equatorial Amapá apurou lucro líquido de R\$ 77 milhões, -80,21% a menor do que o lucro apurado em 2022 R\$ 389 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1,990 bilhões, aumento de 90,2% em relação ao ano anterior.

Investimentos	2022	2023	Var.
Economias			
CEA			
Ativos Elétricos	304	305	1
Obrigações Especiais	3	115	112
Ativos Não Elétricos	81	30	(51)
Total	388	450	62

Em 2023, os investimentos da CEA - Equatorial Amapá, totalizaram R\$ 450 milhões, aumento de R\$ 62 milhões em relação a 2022 que fechou em 388 milhões. Este cenário de crescimento se destacou devido o início das obras do PLPT (Programa Luz Para Todos) após o fechamento da BRR/RTe e início das compras dos Kits de Instalação do MLA (Programa Mais Luz para a Amazônia) depois do novo termo de compromisso assinado pela Equatorial Amapá como agente executora a partir de 2023. Em 2022 foi o ano de ajuste do aspecto regulatório do MLA e no segundo semestre com foco no avanço da BRR/RTe dos Ativos Elétricos. Nos investimentos em Ativos Elétricos não houve expressiva variação entre os anos, diferente dos Não Elétricos que, por sua vez, houve uma desaceleração dos investimentos, isso porque em 2022 havia a necessidade de novas agências, reformas e muros de SE para serem realizados com urgência.

Relacionamento com auditores externos: Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Humberto Luiz Queiroz Nogueira, José Silva Sobral Neto, Bruno Cavalcanti Coelho e Geovane Ximenes de Lira, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Augusto Dantas Borges - Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Humberto Luiz Queiroz Nogueira - Diretor; José Silva Sobral Neto - Diretor; Bruno Cavalcanti Coelho - Diretor; Geovane Ximenes de Lira - Superintendente. **Conselho de Administração:** Augusto Miranda da Paz Júnior; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima; Sérgio Túlio dos Santos.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.982	25.620	Fornecedores	14	201.694	239.868
Aplicações financeiras	6	469.622	112.091	Empréstimos e financiamentos	15	14.144	3.016
Contas a receber de clientes	7	335.823	251.208	Debêntures	16	45.717	-
Almoxarifado		5.469	5.005	Instrumentos financeiros derivativos	26.4	2.044	383
Serviços pedidos		25.835	8.029	Impostos e contribuições a recolher	17	109.066	381.935
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	15.495	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	18	518	30.599
Impostos e contribuições a recuperar	9	9.126	85.585	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		3.939	3.617
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		20.625	31.911	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	1.351
Direito de ressarcimento		10.364	11.354	Contribuição de iluminação pública		5.201	3.309
Outros créditos a receber		20.648	30.740	Encargos setoriais		61.147	63.514
Total do ativo circulante		930.989	561.543	Participação nos lucros		5.949	2.477
Não circulante				Provisão para riscos judiciais	19	134.155	126.526
Contas a receber de clientes	7	62.145	51.482	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	3.226	49.113
Serviços pedidos		7.211	2.617	Outras contas a pagar		21.080	10.900
Impostos e contribuições a recuperar	9	143.879	101.674	Total do passivo circulante		607.880	916.608
Depósitos vinculados	19	3.180	3.748	Não circulante			
Outros créditos a receber		118	131	Empréstimos e financiamentos	15	731.953	474.541
Ativo financeiro da concessão	11	32.042	10.832	Debêntures	16	1.198.716	569.255
Intangível	12	688.399	346.961	Instrumentos financeiros derivativos	26.4	136.102	81.357
Ativo de contrato	13	340.975	343.432	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	10.279	14.534
Total do ativo não circulante		1.277.949	860.877	Impostos e contribuições a recolher	17	269.953	186.517
Total do ativo		2.208.938	1.422.420	Encargos setoriais		13.954	-
				Provisão para riscos judiciais	19	112.133	136.389
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	-	80
				Outras contas a pagar		6.347	6.200
				Total do passivo não circulante		2.479.437	1.468.873
				Passivo a descoberto			
				Capital social	21.1	1.517.876	1.517.876
				Ajuste de avaliação patrimonial		23.166	15.466
				Prejuízos acumulados		(2.419.421)	(2.496.403)
				Total do passivo a descoberto		(878.379)	(963.061)
				Total do passivo e passivo a descoberto		2.208.938	1.422.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
	Notas	2023	2022		Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Receita operacional líquida	22	1.418.558	1.167.553	Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.517.876	50.841	(2.885.472)	(1.316.755)
Energia elétrica comprada para revenda	24	(518.182)	(466.266)	Lucro líquido do exercício		-	-	389.069	389.069
Custo de construção		(450.125)	(387.911)	Resultado abrangente do exercício					
Custo da operação		(74.673)	37.193	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	26.4	-	(35.375)	-	(35.375)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(1.042.980)	(816.984)	Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.517.876	15.466	(2.496.403)	(963.061)
Lucro bruto		375.578	350.569	Lucro líquido do exercício		-	-	76.892	76.982
Despesas operacionais				Resultado abrangente do exercício					
Despesas com vendas	23	(52.053)	(44.109)	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	26.4	-	7.700	-	7.700
Despesas gerais e administrativas	23	(47.390)	(70.831)	Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.517.876	23.166	(2.419.421)	(878.379)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	(259.462)	45.447	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Outras despesas operacionais, líquidas	23.1	213.685	(44.742)	Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Total de despesas operacionais		(145.220)	(114.235)	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2023	2022	2023	2022
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		230.358	236.334	Lucro líquido no exercício		76.982	389.069	(53.005)	(1.666.960)
Receitas financeiras	25	197.678	659.650	Ajustes para:				Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(10.752)
Despesas financeiras	25	(372.951)	(395.892)	Amortização		33.454	23.707	Impostos e contribuições a recolher	(134.607)
Resultado financeiro, líquido	25	(175.273)	263.758	Baixa de intangível, financeiro e contratual		-	890	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	1.723
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		55.085	500.092	Atualização do ativo financeiro e contratual		(849)	(244)	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	22.077
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	21.897	(111.023)	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas		82.065	494.868	Contribuição de iluminação pública	1.892
Impostos sobre o lucro		21.897	(111.023)	Provisão para riscos judiciais		6.253	24.928	Participação nos lucros	(3.140)
Lucro líquido do exercício		76.982	389.069	Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		259.462	(45.447)	Encargos setoriais	(3.625)
Lucro por ação básico e diluído - R\$				Reversão de baixas de recebíveis incobráveis		(256.688)	-	Provisão para riscos judiciais	(22.880)
Ação ordinária		0,05072	0,25632	Provisão e atualização de encargos setoriais		15.212	33.784	Outras contas a pagar	9.781
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		1.517.876	1.517.876	Ganhos com instrumentos derivativos		121.028	31.774	Caixa utilizado nas atividades operacionais	(308.928)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Valor justo das opções de compra de ações - Vesting period		546	-	Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.907)
Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros		(92.291)	(197.819)	Juros pagos	(76.961)
		2023	2022	Imposto de renda e contribuição social correntes		(21.897)	111.023	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(162.583)
Receitas				Participação nos lucros		6.612	2.477	Fluxo de caixa de atividades de investimento	-
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção		1.722.382	1.499.871	Provisão para perda de estoque		28.500	6.462	Aquisições no ativo de contrato	(392.833)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(259.462)	45.447	Ajuste a valor presente		999	4.781	Resgate financeiras	(331.356)
Outras receitas		-	540	Rendimentos de aplicações financeiras		(26.175)	(70.223)	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(724.189)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		1.462.920	1.545.858	Recuperação de despesas		233.213	764.356	Fluxo de caixa de atividades de financiamento	300.000
Custos dos produtos e dos serviços vendidos		(968.307)	(854.177)	Variações em:			509	Captação de empréstimos e financiamentos	579.134
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(101.598)	(44.401)	Contas a receber de clientes		(99.051)	(2.470)	Captação de debêntures	-
Subvenção CCC		(12.720)	14.361	Serviços pedidos		(22.400)	(8.374)	Amortização do passivo de arrendamento	-
Outras despesas / receitas		220.406	(60.224)	Depósitos vinculados		568	20.938	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	879.134
Valor adicionado bruto		600.701	601.417	Almoço/arifado		(464)	(4.537)	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(7.638)
Depreciação e amortização		(33.454)	(23.707)	Impostos e contribuições a recuperar		(17.426)	(42.223)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.620
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		567.247	577.710	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		11.286	(28.823)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.982
Valor adicionado recebido em transferência				Direito de ressarcimento		990	6.246	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(7.638)
Receitas financeiras		200.360	687.678	Outros créditos a receber		10.105	(15.196)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	
Valor adicionado total a distribuir		767.607	1.265.388	Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Distribuição do valor adicionado				Nota	2023	2022	para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. 1.2. Continuidade operacional. A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$ 76.982 (lucro líquido de R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido positivo de R\$ 323.109 (R\$ 355.065 negativo em 31 de dezembro de 2022) e passivo a descoberto em R\$ 878.379 (R\$ 963.061 em 31 de dezembro de 2022). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 230.358 (R\$ 236.334 em 31 de dezembro de 2022). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está enviando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização		
Empregados				Lucro líquido do exercício		76.982	389.069	para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. 1.2. Continuidade operacional. A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$ 76.982 (lucro líquido de R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido positivo de R\$ 323.109 (R\$ 355.065 negativo em 31 de dezembro de 2022) e passivo a descoberto em R\$ 878.379 (R\$ 963.061 em 31 de dezembro de 2022). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 230.358 (R\$ 236.334 em 31 de dezembro de 2022). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está enviando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização	
Remuneração direta		20.159	5.315	Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. 1.2. Continuidade operacional. A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$ 76.982 (lucro líquido de R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido positivo de R\$ 323.109 (R\$ 355.065 negativo em 31 de dezembro de 2022) e passivo a descoberto em R\$ 878.379 (R\$ 963.061 em 31 de dezembro de 2022). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 230.358 (R\$ 236.334 em 31 de dezembro de 2022). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está enviando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização	
Benefícios		5.937	1.061	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	26.4	7.700	(35.375)	para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. 1.2. Continuidade operacional. A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$ 76.982 (lucro líquido de R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido positivo de R\$ 323.109 (R\$ 355.065 negativo em 31 de dezembro de 2022) e passivo a descoberto em R\$ 878.379 (R\$ 963.061 em 31 de dezembro de 2022). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 230.358 (R\$ 236.334 em 31 de dezembro de 2022). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está enviando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização	
FGTS		2.116	20.022	Outros resultados abrangentes		7.700	(35.375)	para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. 1.2. Continuidade operacional. A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$ 76.982 (lucro líquido de R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido positivo de R\$ 323.109 (R\$ 355.065 negativo em 31 de dezembro de 2022) e passivo a descoberto em R\$ 878.379 (R\$ 963.061 em 31 de dezembro de 2022). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 230.358 (R\$ 236.334 em 31 de dezembro de 2022). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está enviando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização	
		28.212	26.398	Total resultados abrangentes		84.682	353.694	para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. 1.2. Continuidade operacional. A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$ 76.982 (lucro líquido de R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido positivo de R\$ 323.109 (R\$ 355.065 negativo em 31 de dezembro de 2022) e passivo a descoberto em R\$ 878.379 (R\$ 963.061 em 31 de dezembro de 2022). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 230.358 (R\$ 236.334 em 31 de dezembro de 2022). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está enviando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização	
Tributos				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Federais		131.516	329.419	Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)					
Estaduais		156.417	124.472	1. Contexto operacional: A Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA ("Companhia" ou "CEA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos II S.A. ("Equatorial Participações II"), tendo por controlada final a Equatorial Energia S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km², atendendo, em 31 de dezembro de 2023, 217.453 ¹⁾ consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. 1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. A Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Até novembro de 2021, a Companhia foi gerida pelo Governo do Estado do Amapá (o antigo controlador) e,					
Municipais		101	40						
Remuneração de capitais de terceiros		298.511	219.931						
Juros		1.428	98						
Aluguéis		74.440	175.961						
Outros despesas financeiras		374.379	395.990						
Remuneração de capitais próprios									
Lucros retidos		76.982	389.069						
		76.982	389.069						
Valor adicionado		767.607	1.265.388						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.									

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

de investimentos com impacto em receita, arrecadação, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhoria do fluxo de caixa da Companhia; (ii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas; (iii) Alongamento do prazo médio das dívidas da Companhia, com a repactuação da 1ª Emissão de Debêntures, que estabelecia prazo total de 3 anos, sendo o vencimento final em 23 de dezembro de 2024 e passou a vigorar o prazo de 7 anos com vencimento final em 28 de julho de 2028; (iv) Liquidação dos recursos provenientes da 2ª, 3ª e 4ª Emissão de Debêntures Simples, com garantia fidejussória da controlada Equatorial Energia S.A. no valor total de 595.000, cujo recurso será destinado, nos termos da Lei nº 12.431. Essa emissão também alonga o prazo médio da Companhia, com prazo total de 7, 3 e 10 anos consecutivamente. A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial Energia S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstra-

ções contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Críticos de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Críticos regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão Intangível	11	Crítico de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais a recolher e diferidos	18	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Planos de opção de compra de ações	21.2	Probabilidade de exercício de opções.
		Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Receita operacional líquida	22	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.
Instrumentos financeiros e valor justo de instrumentos financeiros derivativos	26	

2.4.2. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis

em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 26.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1. Receita operacional. 3.1.1. Reconhecimento de receita.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: (i) **Distribuição.** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. (ii) **Disponibilidade de rede elétrica.** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. (iii) **Construção.** A Companhia contabiliza receitas e custos

relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente – outorgante) e a Companhia (concessionária – operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4. Ativos intangíveis. 3.4.1. Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes.** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2. Obrigações especiais.** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **3.4.3. Amortização.** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5. Ativos de contrato.** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa sobre a receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8. Subvenção e assistência governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais.** Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia firmaram o Termo de Acordo nº 001/2021, no qual o Estado concede o crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto da Companhia no Amapá, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações. **3.9. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **3.9.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a receber ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.10. Benefícios a empregados. 3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.11. Capital social. 3.11.1. Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.12. Instrumentos financeiros. 3.12.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.12.2. Classificação e mensuração subsequentes. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condi-

ções a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas.**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Ativos financeiros a custo amortizado

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ORA e nunca são reclassificados para a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.12.3. Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.12.4. Compensação. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge. A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do hedge de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) Hedge de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge, incluindo sua análise das fontes de ineffectividade de hedge e como determinar o índice de hedge, veja nota explicativa nº 26.5.c – Risco de mercado.

3.13. Redução ao valor recuperável (Impairment).

3.13.1. Ativos financeiros não derivativos. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida

inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 26.5.g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **3.13.2. Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.13.2.1. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.** A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 12 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha

expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.13.3. Ativos não financeiros. A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 12.2 - Avaliação de impairment, nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.14. Ajuste a valor presente (AVP).** **3.14.1. Parcelamentos de contas a receber.** A Companhia utiliza 11,32%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionais à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.14.2. Outros ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.15. Provisão para riscos judiciais.** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16. Demonstração de valor adicionado (DVA).** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.17. Principais mudanças nas políticas contábeis.** **3.17.1. Novas normas, alterações e interpretações.** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Sem impactos relevantes.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

3.17.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas

CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Especificam os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação)

Especifica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

4. Assuntos regulatórios: 4.1.Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 2023.

O processo tarifário de 2022 da CEA teve como resultado um reajuste de, em média, 36,06%. Na época, o processo foi homologado pela ANEEL no dia 13 de dezembro de 2022 com vigência até 13 de dezembro de 2024. Após decisão da ANEEL, o MPF entrou com pedido de liminar para a não aplicação do referido reajuste. Essa liminar foi concedida e a nova tarifa passou uns dias sem ser aplicada, sendo o faturamento dos consumidores realizados com a tarifa de 2021. Contudo, após a liminar que obsteu a aplicação do Reajuste Tarifário de 2022, a ANEEL apresentou junto ao Tribunal Regional Federal (TRF1) um pedido autônomo denominado Suspensão de Liminar e Sentença (SLS), tendo a CEA também se manifestado no referido procedimento, obtendo êxito em suspender a decisão de 1º grau, possibilitando à concessionária de energia de aplicar a nova tarifa de energia. No ano de 2023 a CEA passou pelo processo de Revisão Tarifária Extraordinária, que de acordo com a 2ª subcláusula da cláusula 19ª do Contrato de Concessão nº 01/2021, entre o período da assinatura do contrato e a primeira revisão ordinária, prevista para ocorrer em 13 de dezembro de 2026, a concessionária pode solicitar uma revisão tarifária extraordinária, desde que observado alguns critérios, sendo pelo rito regulatório, é precedida de abertura de Consulta Pública (CP) para discussão com a sociedade. Na abertura da CP é divulgado o número preliminar de reajuste, o qual estava em 44%. Em 21 de julho de 2022, por intermédio da Carta 26/2022, a CEA exerceu sua prerrogativa contratual e solicitou a realização da revisão extraordinária, no ano de 2023, em substituição ao processo de reajuste tarifário anual, solicitando também que fosse realizada a avaliação completa da Base de Remuneração Regulatória. O processo de Revisão Tarifária Extraordinária da CEA foi inicialmente pautado para julgamento na 46ª Reunião Pública da Diretoria dessa D. ANEEL (RPO), realizada em 12 de dezembro 2023. No entanto, ao término da deliberação, o Ilmo. Sr. Diretor-Geral pediu vista do processo em epígrafe, com o objetivo de avaliar melhor o assunto. Esse cenário de novo reajuste na ordem de 40%, somado ao reajuste anterior de 36% gerou movimentação do MPF, que entrou com solicitação de suspensão do processo de 2023, antes mesmo da sua homologação. Mais uma vez, a ANEEL entrou com recurso para anulação da decisão, que foi concedido após um tempo. Entretanto, como sabe-se, o processo de RTE 2023 da CEA segue sem homologação por parte da ANEEL. Adicionalmente, após a regular tramitação do processo de 2022 movido pelo MPF, sobreveio sentença de mérito que determinou à CEA a devolução aos consumidores dos valores referentes à aplicação do RTA 2022. Porém, essa condenação não possui efeito imediato, uma vez que já apresentado recurso de apelação ao TRF1, que possui efeito suspensivo automático nesse caso e, também, em razão do procedimento de SLS, cuja legislação prevê a suspensão da sentença condenatória até o trânsito em julgado (esgotamento de todas as instâncias recursais). O status atual do processo é o recurso de apelação contra a senten-

Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.
IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
IFRS 7 / IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual. A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.
N/A	31/08/2023	N/A	

ça, o qual foi interposto pela CEA no final de janeiro desse ano. O próximo passo é o julgamento no TRF1, não tendo há qualquer risco de a sentença ser executada antes do trânsito em julgado do processo (esgotamento de todas as instâncias recursais). A avaliação interna do jurídico CEA é que temos grandes chances de que ainda em 2º grau reverteremos a condenação. Em suma, não há decisão final que obriga a CEA a devolver aos consumidores as diferenças financeiras referente à aplicação das tarifas de 2022. Contudo, diante da não definição de nova tarifa, a Concessionária informou que se limitará a continuar aplicando as tarifas definidas em seu processo de reajuste tarifário anual de 2022 (RTA 2022), com a garantia de reaver as diferenças entre o valor efetivamente faturado e as novas tarifas aplicáveis oportunamente. Desta forma, apesar de ter havido a revisão da base tarifária completa, como mencionado anteriormente, o efeito nas tarifas ainda se encontra em discussão e, portanto, não apresentou efeitos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. **4.2. Bandeiras tarifárias.** Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de acentuada nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e 2023.

	2023	2022
Janeiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Março	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Abril	Verde	Vermelha Escassez Hídrica/Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.3. Sobrecontratação de energia. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia participou

dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCS) de Energia Existente e Energia Nova, conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 114,15% em 31 de dezembro de 2023 (106,12% em 31 de dezembro de 2022). A sobrecontratação acima dos 105% gerou perda financeira de R\$ 18.330 mil. Esse fato está explicado com mais detalhes na Nota Explicativa 8 – Valores a receber Parcela A. **4.4. Encargos regulatórios.** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.120/2021 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2023 até 31/12/2025							
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)			
P&D/ ANEEL	CDE	FNDCT	MME	ANEEL	CDE	PROCEL	
0,21 a 0,3	até 0,09	0,3	0,15	0,14 a 0,2	até 0,06	0,05	

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **4.5. Marco Legal - Geração Distribuída.** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/2022, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A Companhia possui dentro de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificadas como de micro e minigeração distribuída, que é um sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo em que a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor fica com excedente de energia que fica registrada como um passivo a restituir ao consumidor. O direito de receber do cliente cativo ou do órgão regulador uma possível sobrecontratação ou exposição involuntária a preços de liquidação são registrados em outros ativos a receber.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	7.382	5.264
Equivalentes de caixa		
Investimentos (a)		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	921	19.656
Poupança	756	699
Fundo de Investimento		
Cotas fundos de investimentos	–	1
Certificado de Depósito Bancário - CDB	953	–
Operações Compromissadas	7.934	–
Fundo de investimento aberto (b)	36	–
Subtotal de equivalentes de caixa	10.600	20.356
Total	17.982	25.620

(a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) / IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Operações Compromissadas e Títulos Públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia, não constituindo em aplicações de médio ou longo prazos, nem estão sujeitos a significantes variações

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes, conforme CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 99,98% do CDI (101,53% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	368.360	95.730
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	5.048	–
Títulos Públicos	19.733	–

Letra financeira

Fundo aberto

Total

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os

2023 2022

11.537 –

64.944 16.361

469.622 112.091

fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos; e (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 102,15% do CDI (101,85% do CDI em 31 de dezembro de 2022). 7. Contas a receber de clientes:

7.1. Composição dos saldos.

	2023				2022			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	32.246	50.474	262.309	345.029	20.092	32.649	79.080	131.821
Industrial	2.246	706	4.730	7.682	4.329	439	3.639	8.407
Comercial	20.134	10.756	35.641	66.531	15.174	6.721	13.441	35.336
Rural	136	616	5.113	5.865	79	350	1.232	1.661
Poder público	8.607	4.292	14.286	27.185	6.309	3.505	17.754	27.568
Iluminação pública	1.984	3.313	11.364	16.661	20.180	3.396	6.016	29.592
Serviço público	438	449	103	990	1.415	6	–	1.421
Contas a receber de consumidores faturados	65.791	70.606	333.546	469.943	67.578	47.066	121.162	235.806
Residencial	98.653	8.157	48.090	154.900	77.609	6.157	14.413	98.179
Industrial	1.677	3.451	2.736	7.864	5.032	320	606	5.958
Comercial	18.226	1.337	11.920	31.483	14.520	1.248	4.826	20.594
Rural	1.088	93	1.088	2.269	897	94	577	1.568
Poder público	19.763	4.559	4.603	28.925	12.646	1.452	2.281	16.379
Iluminação pública	8.564	1.369	17	9.950	244	9	–	253
Serviço público	–	–	–	–	–	1	–	1
Parcelamentos (a)	147.971	18.966	68.454	235.391	110.948	9.281	22.703	142.932
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	25.602	–	–	25.602	20.242	–	–	20.242
Baixa renda (c)	7.221	–	–	7.221	3.269	–	–	3.269
Outras (d)	15.280	–	–	15.280	(3.552)	–	–	(3.552)
Total	261.865	89.572	402.000	753.437	198.485	56.347	143.865	398.697
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(41.269)	(19.867)	(294.333)	(355.469)	(27.421)	(10.434)	(58.152)	(96.007)
Total contas a receber clientes	220.596	69.705	107.667	397.968	171.064	45.913	85.713	302.690
Circulante				335.823				251.208
Não circulante				62.145				51.482

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 5.780 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.781 em 31 de dezembro de 2022), em contrapartida ao resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil; (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e (d) O aumento dos saldos, em relação a 2022, refere-se às ações de renegociações com a base de clientes, realizadas durante o exercício de 2023, que resultaram na recuperação da expectativa de recebimento e, consequentemente, na reversão de baixas registradas em anos anteriores. 7.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	Provisões/Reversão					Provisões/Reversão			
	2022	Rever-	sões	Reversão		2021	Rever-	sões	Reversão
		(c)					(c)		
Contas a receber de consumidores faturados	(55.134)	(97.896)	(92.950)	(245.980)	Contas a receber de consumidores faturados	(65.305)	30.141	(19.970)	(55.134)
Parcelamentos	(38.097)	(33.844)	(26.671)	(98.612)	Parcelamentos	(27.344)	(5.141)	(5.612)	(38.097)
Contas a receber de consumidores não faturados	(885)	(93)	–	(978)	Contas a receber de consumidores não faturados	(1.267)	382	–	(885)
Outras (a)	(1.891)	(6.610)	(1.398)	(9.899)	Outras (a)	(3.417)	942	584	(1.891)
Total (b)	(96.007)	(138.443)	(121.019)	(355.469)	Total (b)	(97.333)	26.324	(24.998)	(96.007)

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituições com feito caixa	Reclassificação	2023
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	15.769	668	(17.258)	1.001	–	–	–	180
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.270	(2.655)	(6.220)	285	–	–	–	(3.320)
Rede básica	4.415	4.712	(1.291)	640	–	–	–	8.476
Compra de energia CVA (a)	165.933	(21.736)	(185.003)	5.792	–	–	–	(35.014)
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	41.782	14.815	(43.459)	2.469	–	–	–	15.607
(-) Repasses da Conta-Covid - Parcela A	(1.281)	–	1.356	–	–	(75)	–	–
	231.888	(4.196)	(251.875)	10.187	–	(75)	–	(14.071)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (c)	12.180	12.541	9	127	–	(19.949)	–	4.908
Neutralidade	(12.785)	7.455	12.800	930	–	–	–	8.400
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(2.063)	(3.161)	1.837	(196)	–	–	–	(3.583)
Risco Hidrológico	(25.631)	–	(800)	(1.338)	–	–	–	(27.769)
CDE Modicidade tarifária (d)	(17.137)	–	20.112	(2.246)	–	(2.857)	–	(2.128)
Empréstimo escassez hídrica (e)	–	–	135.816	–	–	–	(135.816)	–
Compensação créditos PIS/COFINS - Nota explicativa nº 20	–	–	56.625	–	(49.113)	–	–	7.512
Outros (f)	(202.337)	473	97.140	51	–	804	135.816	31.947
	(247.773)	17.308	323.539	(2.672)	(49.113)	(22.002)	–	19.287
Total	(15.885)	13.112	71.664	7.515	(49.113)	(22.077)	–	5.216
Circulante								
Valores a receber	397.763							107.016
Valores a devolver	(399.114)							(91.521)
Efeito líquido ativo (passivo)	(1.351)							15.495
Não circulante								
Valores a receber	19.810							3.795
Valores a devolver	(34.344)							(14.074)
Efeito líquido ativo (passivo)	(14.534)							(10.279)
Efeito líquido total	(15.885)							5.216

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

Parcela A	2021	Consti- tuição	Amor- tização	Atual- ização	Constitui- ções com feito caixa	Crédito PIS/ Reclasi- ficações	COFINS	2022	9. Impostos e contribuições a recuperar	2023	2022
CDE - Conta de desenvolvimento energético	4.481	(533)	10.466	1.355	-	-	-	15.769	ICMS a recuperar (CIAP) (a)	38	12.751
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	1.814	(257)	3.195	518	-	-	-	5.270	Neutralidade PIS e COFINS (b)	9.039	20.274
Rede básica	1.518	6.267	(3.464)	94	-	-	-	4.415	PIS e COFINS a recuperar (ICMS) - nota explicativa nº 20	6	51.686
Compra de energia CVA	92.884	(152.908)	212.705	14.954	-	-	(1.702)	165.933	PIS e COFINS	43	874
ESS - Encargos do serviço do sistema	95.711	(78.934)	17.595	7.410	-	-	-	41.782	Total circulante	9.126	85.585
(-) Repasses da Conta-Covid - Parcela A	(25.363)	-	26.112	(2.030)	-	-	-	(1.281)	Não circulante	63.905	61.709
	171.045	(226.365)	266.809	22.301	-	-	(1.702)	231.888	Neutralidade PIS e COFINS (b)	79.974	39.965
									ICMS (c)	143.879	101.674
									Total não circulante	153.005	187.259
Itens financeiros									Totais impostos e contribuições a recuperar		
Sobrecontratação de energia	(2.273)	(6.446)	29.968	958	-	-	(10.027)	12.180	(a) O saldo refere-se ao processo nº 0000168-97/2021.8.03.0101, que versa sobre compensação de créditos tributários, tendo como interessados o Estado do Amapá e a Companhia. O referido acordo tem embasamento legal no Convênio CONFAZ ICMS nº 102/2013, no Convênio ICMS nº 139/2016 e na Lei Estadual em vigor nº 2.206/2017, cuja sentença foi deferida em 24 de março de 2021, e teve como objeto a resolução de débitos líquidos vencidos e vencidos, decorrentes do consumo de energia elétrica dos órgãos da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações com o ICMS devido pela CEA, até o limite para a concessão de crédito presumido de até 10% do faturamento mensal, autorizado pelos Convênios supracitados, com o objetivo de extinção mútua das obrigações entre as partes, entre o período de janeiro de 2018 a março de 2021. Após apuração dos valores a recuperar e a recolher de ICMS, bem como a compensação das contas a receber do Estado, foi identificado um crédito a recuperar de R\$ 38;		
Neutralidade	(890)	3.666	(16.398)	837	-	-	-	(12.785)	(b) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de neutralidade de PIS e COFINS sobre os saldos de RGR, empréstimo aprovado pela ANEEL, cujo repasse foi realizado atendendo ao disposto na Portaria MME-CJ nº 697 de dezembro de 2016 e a obrigação do pagamento foi extinta, em 1º de março de 2021, pela Lei nº 14.120. A amortização do curto prazo está sendo realizada pela recuperação da neutralidade do exercício vigente; e (c) A variação no saldo deve-se, principalmente, a compras do ativo imobilizado, em que o crédito é apropriado para realização mensal de 1/48 avos.		
Ultrapassagem de demanda e reativo									Partes relacionadas: Em 31/12/2023 a Companhia possui transações com partes relacionadas referentes, principalmente, aos contratos de compartilhamentos, com as empresas descritas abaixo:		
Acordo bilateral	(692)	(2.037)	720	(54)	-	-	-	(2.063)			
Risco Hidrológico	26	-	-	-	-	-	(26)	-			
Diferimento reajuste tarifário	(1.066)	(729)	(14.557)	(1.131)	-	-	(8.148)	(25.631)			
Escassez Hídrica	(91.133)	91.133	-	-	-	-	-	-			
CDE Modicidade tarifária	-	198.421	-	(12.113)	(186.308)	-	-	-			
Saldo a compensar	-	-	-	-	(18.059)	-	-	-			
Compensação créditos PIS/COFINS	(99.101)	-	99.101	-	-	-	-	-			
Outros	(176.187)	(24.224)	(218.253)	3.919	(204.367)	(2.493)	-	18.201			
	(5.142)	33.419	149.683	14.717	(204.367)	(2.493)	(1.702)	(15.885)			
Total Circulante											
Valores a receber	478.794							397.763			
Valores a devolver	(447.344)							(399.114)			
Efeito líquido ativo (passivo)	31.450							(1.351)			
Não circulante											
Valores a receber	-							19.810			
Valores a devolver	(36.592)							(34.344)			
Efeito líquido ativo (passivo)	(36.592)							(14.534)			
Efeito líquido total								(15.885)			

(a) O saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) de energia teve como movimentação: (i) as constituições dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício, de R\$ 38.986; (ii) custos com os contratos de Energia Leilão que se realizaram menos em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício, de R\$ 60.722, o que totaliza a constituição passiva de R\$ 21.736; (iii) O impacto da amortização negativa do componente financeiro desse item para o exercício foi de R\$ 185.003; (b) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição de R\$ 14.815, referente à constituição da CVA ESS ativa. O impacto negativo da amortização no exercício foi de R\$ 43.459; (c) No ano corrente, os valores correspondentes a esta categoria totalizaram um saldo líquido positivo de R\$ 4.908, indicando um excedente de energia adquirida em relação à demanda efetiva. Constatou-se constituição positiva para o exercício de R\$ 12.541. Amortização positiva no montante de R\$ 9 e constituição adicional performando de maneira negativa em R\$ 19.949. O montante positivo refletido no saldo líquido revela a estratégia cautelosa adotada para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica, mesmo em períodos de flutuações imprevisíveis na demanda; (d) Refere-se ao valor de R\$ 18.059, aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias, nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, por meio do Despacho nº 1.959/ANEEL de 21 de julho de 2022. Complementado com o aporte de R\$ 2.128 em 28 de abril de 2023. O impacto positivo da amortização no exercício foi de R\$ 20.112; (e) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL; e (f) O impacto da amortização para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 97.140 onde: (i) R\$ 81.451 refere-se à amortização positiva do empréstimo escassez hídrica; (ii) R\$ 46.307 amortização negativa do financeiro de bandeira escassez hídrica; (iii) R\$ 62.593 amortização positiva do recálculo financeiro; (iv) R\$ 423 amortização negativa da garantia financeira; e (v) R\$ 273 amortização negativa da neutralidade covid; (vi) R\$ 394 amortização positiva do spread covid e (vii) R\$ 295 amortização negativa do financeiro de postergação tarifária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 4.483 (R\$ 84.720 em 31 de dezembro de 2022) de bandeira tarifária, sendo que R\$ (406) (R\$ 37.590 em 31 de dezembro de 2022) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento

junto aos clientes, e R\$ 4.890 (R\$ 47.130 em 31 de dezembro de 2022) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

(a) Os valores entre intercomparação são provenientes de vendas de bens materiais; (b) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nowa como arrendatária. (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominiais, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 942/2021; (d) Os valores entre intercomparação são provenientes de compra de bens materiais; (e) Saldo referente a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A. e Equatorial Serviços S.A.; (f) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (g) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e (i) Relação de ativos cedidos em comodato nos exercícios de 2021 e 2022, da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., para a Companhia, em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes. **10.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 3.700, em 2023 e 2022 conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2023. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios da rescisão de contrato de trabalho ou benefícios pós emprego. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	2023	%
Remuneração fixa anual	1.137	37%
Salário ou Pró-labore	1.061	35%
Benefícios diretos e indiretos	76	2%
Remuneração variável	1.641	53%
Bônus	1.641	53%
Benefício pós-emprego	17	1%
Remuneração baseada em ações	281	9%
Valor total da remuneração	3.076	100%

10.2. Garantias: A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus⁽¹⁾ nos contratos de empréstimos, emissões de debêntures e apólices de seguros, conforme listado abaixo:

Instituição	Valor tratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023
1ª Emissão de Debêntures (a)	500.000	100	30/12/2021	28/07/2028	500.000	650.437
2ª Emissão de Debêntures	195.000	100	07/08/2023	15/07/2030	195.000	196.518
3ª Emissão de Debêntures	200.000	100	20/10/2023	29/09/2026	200.000	204.550
4ª Emissão de Debêntures	200.000	100	28/12/2023	15/12/2033	200.000	192.928
Sumitomo Mitsui	250.000	100	07/02/2022	07/02/2025	250.000	230.716
Scotiabank	250.000	100	29/12/2021	29/12/2026	250.000	215.096
Citibank	300.000	100	06/02/2023	06/02/2026	300.000	300.285
Apólice Seguros	152.748	100	29/11/2021	26/11/2026	N/A	N/A
Total	2.047.748				1.895.000	1.990.530

⁽¹⁾ Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. (a) Em 28 de julho de 2023 houve uma reatuação na 1ª emissão de debêntures, alterando o vencimento final de 23 de dezembro de 2024 para 28 de julho de 2028 e o saldo do principal de R\$ 500.000 para R\$ 617.247. **11. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) ativos de contrato	2023
Ativo financeiro	10.832	849	20.361	32.042
Total	10.832	849	20.361	32.042

	2021	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) ativos de contrato	Outros	Reclassificação	2022
Ativo financeiro	42.386	244	165	(279)	(31.684)	10.832
Obrigações especiais	(31.684)	-	-	-	31.684	-
Total	10.702	244	165	(279)	-	10.832

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor do ativo financeiro foi considerado no teste de recuperabilidade como "carrying amount" da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 12.2 - Avaliação de *impairment*. (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário; e (b) Correspondem as transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão. **12. Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	4,13%	4,14%
Custo	1.195.164	1.195.164
Amortização	(428.134)	(428.134)
Valor líquido	(78.631)	(78.631)

	2023	2022
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	4,14%	4,14%
Custo	790.915	790.915
Amortização	(404.237)	(404.237)
Valor líquido	(39.717)	(39.717)

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até novembro de 2051, conforme ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão.

12.1. Movimentação do ativo intangível

	2022	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	2023
Em serviço	790.915	-	(14.640)	418.889	1.195.164
(-) Amortização	(404.237)	(38.537)	14.640	-	(428.134)
Total em serviço	386.678	(38.537)	-	418.889	767.030
Obrigações especiais (b)	(47.470)	-	(28)	(43.997)	(91.495)
(-) Amortização	7.753	5.083	28	-	12.864
Total em obrigações especiais	(39.717)	5.083	-	(43.997)	(78.631)
Total	346.961	(33.454)	-	374.892	688.399

	2021	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Outros	2022
Em serviço	717.514	-	(9.573)	82.695	279	790.915
(-) Amortização	(387.760)	(24.225)	8.683	-	(935)	(404.237)
Total em serviço	329.754	(24.225)	(890)	82.695	(656)	386.678
Obrigações especiais (b)	(47.470)	-	-	-	-	(47.470)
(-) Amortização	5.910	1.843	-	-	-	7.753
Total em obrigações especiais	(41.560)	1.843	-	-	-	(39.717)
Total	288.194	(22.382)	(890)	82.695	(656)	346.961

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findo em 31 de

dezembro de 2023 e 2022. **2.2. Avaliação de *impairment*.** **12.2.1. Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida:** A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2023. **12.2.2. Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos.** (a) **Taxa de desconto:** Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (28 anos). A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxa de desconto utilizada foi de 11,25%, em 31 de dezembro de 2023 (11% em 31 de dezembro de 2022). (b) **Sensibilidade:** As projeções de fluxo de caixa consideram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. (c) **Receita Operacional Líquida:** A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente. (d) **Custo do Serviço:** As estimativas relacionadas à aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA. As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVAs e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica. CDE COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras. Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela Anel com réplica da metodologia para cálculos futuros. Encargos de P&D e PEE são calculados com uma percentual da ROL, conforme regulamentação. Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras. Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso. (e) **Despesas Operacionais (OPEX):** Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação dos indicadores de DEC e FEC aos patamares regulatórios. (f) **Índice de arrecadação (IAR):** O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança do Grupo Equatorial e os resultados esperados para a realidade da distribuidora. (g) **Investimentos (CAPEX):** O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIM) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes. **13. Ativos de contrato:** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (c)	Ativo intangível	Ativo financeiro	2023
Ativos de contrato	392.711	450.125	(418.889)	(20.361)	403.586
Obrigações especiais (a)	(49.279)	(57.329)	43.997	-	(62.611)
Total	343.432	392.796	(374.892)	(20.361)	340.975

	2021	Adições	Ativo intangível	Ativo financeiro	Outros	2022
Ativos de contrato	41.986	387.911	(82.695)	(165)	45.674	392.711
Obrigações especiais (a)	(26.380)	(22.899)	-	-	-	(49.279)
Total	15.606	365.012	(82.695)	(165)	45.674	343.432

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e (c) O montante de R\$ 392.796 refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no exercício, em que R\$ 392.833 impactou o caixa da Companhia, R\$ 14.831 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 11.074 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 28.500 refere-se a provisão para perda de estoque e R\$ 2.558 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos. Ver informações na nota explicativa nº 27 - Demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. O valor do ativo de contrato foi considerado no teste de recuperabilidade como "carrying amount" da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 12.2 - Avaliação de *impairment*.

	2023	2022
Circulante	91.019	84.327
Suprimento de energia elétrica	-	1.000
Acordo de renegociação de dívida - ARD	92.747	153.176
Materiais e serviços (a)	15.334	559
Encargos de uso da rede elétrica	2.594	806
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	201.694	239.868
Total (b)	201.694	239.868

(a) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência; e (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações é de R\$ 4.973 (R\$ 13.267 em 31 de dezembro de 2022). Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de "rebates financeiros".

	2023	2022
Circulante	91.019	84.327
Suprimento de energia elétrica	-	1.000
Acordo de renegociação de dívida - ARD	92.747	153.176
Materiais e serviços (a)	15.334	559
Encargos de uso da rede elétrica	2.594	806
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	201.694	239.868
Total (b)	201.694	239.868

(a) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência; e (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações é de R\$ 4.973 (R\$ 13.267 em 31 de dezembro de 2022). Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de "rebates financeiros".

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

15. Empréstimos e financiamentos. 15.1. Composição do saldo

Moeda estrangeira (US\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023		
			Principal e encargos		Total
			Circulante	Não circulante	
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	2.721	212.375	215.096
Sumitomo Mitsui (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	2.783	227.933	230.716
Citibank (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	8.640	291.645	300.285
Total empréstimos e financiamentos			14.144	731.953	746.097

Moeda estrangeira (US\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2022		
			Principal e encargos		Total
			Circulante	Não circulante	
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	16	228.887	228.903
Sumitomo Mitsui (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	3.000	245.654	248.654
Total empréstimos e financiamentos			3.016	474.541	477.557

(a) Considera-se no custo da dívida do Scotiabank, Sumitomo Mitsui e Citibank, o custo da ponta passiva do swap, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 26.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

15.3 Movimentação de empréstimos e financiamentos.

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda estrangeira (US\$)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.016	474.541	477.557
Ingressos	—	300.00	300.000
Encargos (a)	31.167	—	31.167
Variação monetária e cambial	—	(42.588)	(42.588)
Pagamentos de juros	(20.039)	—	(20.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.144	731.953	746.097
	Moeda estrangeira (US\$)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34	244.802	244.836
Ingressos	—	250.000	250.000
Encargos	12.658	—	12.658
Variação monetária e cambial	—	(20.261)	(20.261)
Pagamentos de juros	(9.676)	—	(9.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.016	474.541	477.557

(a) O montante de R\$ 31.167 refere-se a encargos reconhecido no exercício, onde R\$ 28.609 impactou o resultado financeiro da Companhia, e R\$ 2.558 é referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 13 - Ativos de contrato.

15.4 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recursos	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Banco Citibank	179.280	fev-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,84%	CDI + 1,38%
Banco Citibank	120.720	fev-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,84%	CDI + 1,38%
Total	300.000						

15.5. Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2023	
	Valor	%
Circulante	14.144	2%
2025	334.121	45%
2026	397.832	53%
Não circulante	731.953	98%
Total	746.097	100%

15.6 Covenants dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e covenants não financeiros e financeiros (apurados pela controladora indireta, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos

1ª Dívida líquida/EBITDA <= 4,5

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre

16.2. Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recursos	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
2ª Emissão - Série única	195.000	ago/23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,50%	Não se aplica
3ª Emissão - Série única	200.000	out-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
4ª Emissão - Série única	200.000	dez-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,75%	Não se aplica
	595.000						

16.3. Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2023	
	Valor	%
Vencimento	45.717	4%
Circulante	200.000	16%
2026		

16.4. Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	500.000	CDI + 1,80% a.a.	dez/21	jul/28	35.798	614.640	650.438
2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	195.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	4.942	191.576	196.518
3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	CDI + 1,60% a.a.	out/23	set/26	4.925	199.624	204.549
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	IPCA + 6,75% a.a.	dez/23	dez/33	52	192.876	192.928
								45.717	1.198.716	1.244.433

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas; e (6) Garantia Fidejussória. 16.5. Covenants das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures

1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado <= 4,5

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os

indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
Circulante		
ICMS	12.691	15.790
PIS e COFINS (a)	16.832	320.977
Parcelamento Federal PRT (b)	72.638	36.346
Encargos sociais e outros	1.561	3.195
ISS	5.344	5.627
Total circulante	109.066	381.935
Não circulante		
Parcelamento Federal PRT (b)	269.953	186.517
Total não circulante	269.953	186.517
Total	379.019	568.452

(a) A companhia realizou adesão ao Parcelamento Ordinário da Receita Federal de PIS/COFINS nº 02110001200757241542316 e reclassificou os saldos para o Parcelamento Federal; e (b) São saldos previdenciários que foram parcelados no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 12.966/2014, débitos de pagamentos futuros e saldos previdenciários e demais débitos (Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e COFINS, que foram parcelados no REFIS da Lei nº 12.966/2014, débitos para pagamento futuros. 18. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher e diferidos. 18.1. Movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		101.210
IRPJ e CSLL correntes no exercício		111.023
Compensações de IRPJ e CSLL		(116.032)
Tributos retidos/antecipações IR/CS		(65.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.599	(21.897)
IRPJ e CSLL correntes no exercício		(9.907)
Pagamentos de IRPJ e CSLL		1.723
Tributos retidos/antecipações IR/CS		518
Saldo em 31 de dezembro de 2023	518	518

18.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	2023	2022
IRPJ	55.085	55.085
CSLL	500.092	500.092
Alíquota fiscal	25%	9%
Pela alíquota fiscal	13.771	4.958
Adições:		
Provisão para riscos judiciais	-	6.811
PECLD	61.275	22.059
Provisão para participação nos lucros	703	253
Provisão para perda de estoque	7.125	2.565
Ajuste a valor presente	936	337
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	-	206
Custo de construção - CPC 47	-	550
Variação swap	16.026	5.769
Outras provisões permanentes	535	45
Outras adições não dedutíveis	-	-
Total das adições	86.600	31.028
Exclusões:		
Reversão de provisão para riscos judiciais	(4.157)	(1.496)
Reversão de PECLD	(57.197)	(20.591)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(253)	(91)
Receita de Construção - CPC 47	(236)	(85)
Ajuste a valor presente	(686)	(247)
Atualização ativo financeiro VNR	(212)	(76)
Variação swap	-	(4.062)
Instrumentos financeiros CPC 48	(29)	(10)
Outras exclusões	(24.969)	(8.982)
Outras exclusões não dedutíveis	(2.928)	(1.054)
Total das exclusões	(90.667)	(32.632)
Compensações:		
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	(1.006)
IRPS e CSLL outros	(17.926)	(6.320)
Incentivo PAT	(233)	-
Total de compensações	(18.159)	(7.326)
Deduções:		
(+) IRPJ Subvenção Governamental (a)	(9.470)	-
Total deduções	(9.470)	-
IRPJ e CSLL correntes no exercício	17.925	3.972
Alíquota efetiva	-33%	-7%

(a) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 88/2023, que outorga à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2023 a 2032. 18.3 Impostos diferidos não reconhecidos: A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de turn around e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.243.077 (R\$ 1.216.041 em 31 de dezembro de 2022) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	2023	2022
IRPJ	17.925	3.972
CSLL	(18.159)	(7.326)
Total	(18.159)	(7.326)

(a) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 88/2023, que outorga à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2023 a 2032. 18.3 Impostos diferidos não reconhecidos: A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de turn around e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.243.077 (R\$ 1.216.041 em 31 de dezembro de 2022) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

	2023		2022	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	3.281.527	820.382	3.281.527	820.382
Base Negativa de CSLL	3.270.490	294.344	3.281.671	295.350
Diferenças temporárias	377.504	128.351	295.027	100.309
Total de tributos diferidos	6.929.521	1.243.077	6.858.225	1.216.041

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais. 19. Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das

suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2023		2022	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	142.858	3.180	154.803	3.726
Fiscais	11.927	—	11.010	—
Trabalhistas	70.486	—	71.245	22
Regulatórias	21.017	—	25.857	—
Total	246.288	3.180	262.915	3.748
Circulante	134.155	—	126.526	—
Não circulante	112.133	3.180	136.389	3.748

O Recurso de Revista em Agravo de Petição da CEA foi parcialmente admitido. Valor provisionado de R\$ 28.620 até o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.648 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)		2023	2022
Reflexo das diferenças salariais		33.786	27.993
Auxílio alimentação		14.041	15.199
PCCS		11.033	15.821
Verbas rescisórias		4.665	4.209
Acidente de trabalho		1.069	1.773
Outros		5.892	6.250
Total		70.486	71.245

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2023, é avaliada pela Administração com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 143 (R\$ 4.204 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)		2023	2022
PCCS		—	3.232
Responsabilidade Subsidiária		—	840
Auxílio Alimentação		66	60
Outros		77	72
Total		143	4.204

c) Regulatórias: O valor de R\$ 21.017 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.857 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a 8 prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). 20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2018 a Companhia constituiu saldo ativo referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também iniciou PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021 – FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.3 – Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2023, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 6 (R\$ 51.686 em 31 de dezembro de 2022) será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até os próximos 12 (doze) meses: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais. A Companhia reconheceu um complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 3.146 e realizou compensações do saldo ativo, via PERDCOMP, no montante de R\$ 54.826. Adicionalmente, houve amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 49.113.

Ativo		2023	2022
Circulante		6	51.686
PIS e COFINS a recuperar - nota explicativa nº 9		6	51.686
Passivo		2023	2022
Circulante		3.226	49.113
Não circulante		—	80
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		3.226	49.193

19.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2022		2023	
	Saldo inicial	Adições	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)
Cíveis (a)	154.803	14.239	(10.664)	(23.544)
Fiscais (b)	11.010	—	—	(186)
Trabalhistas (c)	71.245	6.354	(5.678)	(3.585)
Regulatórias (d)	25.857	—	(6.538)	—
Total contingências	262.915	20.593	(22.880)	(27.315)
2021	2022	2023	2022	2023
	2022		2023	
	Saldo inicial	Adições	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)
Cíveis (a)	132.454	31.102	13.349	(26.725)
Fiscais (b)	9.640	—	—	—
Trabalhistas (c)	54.859	14.687	(2.720)	(4.120)
Regulatórias (d)	36.190	4.645	(5.785)	(4.647)
Total contingências	233.143	50.434	4.844	(35.492)

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no exercício; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% da taxa Selic. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos demonstrado abaixo:

	2023	2022
	2023	2022
Cíveis (a)	45.131	42.909
Fiscais	2.338	2.160
Trabalhistas	143	4.204
Total	47.612	49.273

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente: a) Cíveis: A Companhia figura como ré em 6.920 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (6.711 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores. Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacam-se as ações cíveis de execução de título extrajudicial decorrente de termos de confissão de dívida formalizados pela Companhia antes da aquisição pelo Grupo Equatorial, no montante de R\$ 34.459 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 30.259 em 31 de dezembro de 2022), e a ação de cobrança em face da CEA por inadimplemento do contrato nº 15/2013, referente à implantação das linhas de subtransmissão e da subestação do município de Laranjal do Jari, no montante de R\$ 5.108, atualizado até o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.371, em 31 de dezembro de 2022).

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)		2023	2022
Cobrança		15.244	18.514
Quebra de contrato		5.454	13.623
Morte por eletroplessão		22.483	22.727
Falha no fornecimento		11.434	13.201
Apagão		21.095	22.397
Falha no atendimento		11.535	15.328
Cobrança indevida		3.217	2.164
Fraude questionada		2.202	1.453
Acidente com terceiros		5.211	6.483
Execução de Título Extrajudicial		34.459	30.260
Outras		10.524	8.653
Total		142.858	154.803

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica como possíveis. Destacam-se a ação ajuizada pelo Município de Macapá em 2017, afirmando que a Companhia estava retendo valores de receita com iluminação pública com base em dados unilaterais. Requereu, assim, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas partes no âmbito do Ministério Público, a fim de que a Companhia repasse ao município a totalidade do percentual consignado, um valor associado em 31 de dezembro de 2023 de R\$17.903.

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)		2023	2022
Cobrança indevida		21.089	19.469
Quebra de Contrato		20.875	19.770
Morte por eletroplessão		875	788
Apagão		1.759	1.648
Falha no fornecimento		247	186
Outras		286	1.048
Total		45.131	42.909

b) Fiscais: A Companhia figura como ré em 12 processos fiscais em 31 de dezembro de 2023 (4 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais versam em sua grande maioria sobre autuações fiscais.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)		2023	2022
Execução Fiscal Fazenda Nacional		11.858	10.621
TLF/TVS/IPTU		—	329
Cobrança		69	60
Total		11.927	11.010

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.160 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)		2023	2022
Execução Fiscal - Tributos Federais		2.338	2.160
Total		2.338	2.160

c) Trabalhistas: O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 é composto por 188 reclamações ajuizadas (245 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2022) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação trabalhista de execução, cujo objeto são os reflexos de verbas salariais intituladas progressão por antiguidade, suprimidas entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista de Agravo de Petição.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

21. Passivo a descoberto. 21.1. Capital social. O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 1.517.876, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	8.944.122.804	99,9
Município de Mazagão (minoritário)	192	0,1
Total	8.944.122.996	100

Em 25 de junho de 2021, foi realizado o Edital do Leilão, promovido pelo BNDES, por meio do qual foi alienado, pelo Estado de Amapá, o controle acionário da Companhia. De acordo com o Estatuto social, independentemente de reforma estatutária, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000. As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

21.2. Planos de opção de compra de ações. 21.2.1. Plano de outorga de "Phantom Shares"

– **Contrato 2023.** Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "Phantom Shares", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de "Phantom Shares" Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. **b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano,

com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga ("1º Período de Carência"); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga ("2º Período de Carência"); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3º Período de Carência"); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga ("4º Período de Carência"). **c. Forma de cálculo da despesa do programa.** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance fossem atingidas:

	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço
Em opções	2023	2022
Outorgadas durante o exercício	62.952	33,28
Existentes ao fim do exercício	62.952	33,28

A despesa reconhecida para o plano de "Phantom Shares" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 546 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 33,28 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **21.4. Lucro por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023		2022	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	76.982	76.982	389.069	389.069
	2023		2022	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	1.517.876	1.517.876	1.517.876	1.517.876
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,05072	0,05072	0,25632	0,25632

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. **21.5. Ajuste de avaliação patrimonial.** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ajuste avaliação patrimonial é de R\$ 23.166 (R\$ 15.466 em 31 de dezembro de 2022). O aumento no saldo ocorreu

devido à contabilização de resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ 7.700. **21.6. Prejuízos acumulados.** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 2.419.421 (R\$ 2.496.403 em 31 de dezembro de 2022). A diminuição no saldo ocorreu devido à compensação do lucro do exercício no montante de R\$ 76.982 (R\$ 389.069 em 31 de dezembro de 2022).

22. Receita operacional líquida.

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2023	2022
Receita de distribuição (a)	1.010.534	725.332
Remuneração financeira WACC	714	3.565
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	84.776	183.102
Subvenção CDE – Outros	16.423	19.077
Fornecimento de energia elétrica	1.112.447	931.076
Suprimento de energia elétrica	22.620	9.783
Receita pela disponibilidade – uso da rede	19.670	9.949
Receita de construção (c)	450.125	387.911
Atualização do ativo financeiro e contrato	849	244
Outras receitas	116.671	160.908
Receita operacional bruta	1.722.382	1.499.871
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(156.417)	(124.472)
PIS e COFINS	(56.029)	(88.723)
Encargos do consumidor	(9.198)	(20.675)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSE	(101)	(40)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(78.902)	(71.308)
Penalidades DIC/FIC e outras	(3.177)	(27.100)
Deduções da receita operacional	(303.824)	(332.318)
Receita operacional líquida	1.418.558	1.167.553

(a) A variação da receita deve-se, principalmente, ao crescimento de faturamento devido ao reajuste tarifário anual, em relação ao último processo tarifário da CEA que ocorreu em 13 de dezembro de 2022, onde as Tarifas de Energia (TE) e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) tiveram um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores supridos pela distribuidora de 36,08%, e pelo aumento de 9,3% de consumidores e 6,3% da energia distribuída em relação ao ano de 2022; (b) A variação negativa de R\$ 98.326 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) o impacto do reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, no montante positivo de R\$ 186.527 a maior em relação ao ano anterior; (ii) a previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram superiores aos custos efetivamente pagos, gerando uma constituição negativa de Parcela A em R\$ 31.557, inferior ao ocorrido para esse mesmo exercício de 2022; (iii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste, no montante de R\$ 253.287; e (iv) variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante R\$ 9; e (c) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais.

23. Custos do serviço e despesas operacionais

	2023					2022				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(6.274)	(8.686)	(19.854)	–	(34.814)	5.268	(11.806)	(29.522)	–	(36.060)
Material	(35)	(2.009)	359	–	(1.685)	(1.152)	(2.028)	(1.891)	–	(5.071)
Serviços de terceiros (a)	(26.400)	(40.550)	(32.744)	–	(99.694)	39.463	(30.226)	(25.483)	–	(16.246)
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(518.182)	–	–	–	(518.182)	(466.266)	–	–	–	(466.266)
Custo de construção (c)	(450.125)	–	–	–	(450.125)	(387.911)	–	–	–	(387.911)
PECLD (d)	–	–	–	(259.462)	(259.462)	–	–	–	45.447	45.447
Provisão para riscos judiciais	–	–	6.721	–	6.721	–	–	(14.942)	–	(14.942)
Depreciação e amortização	(29.475)	–	(3.979)	–	(33.454)	(20.771)	–	(2.936)	–	(23.707)
Subvenção CCC	(12.720)	–	–	–	(12.720)	14.361	–	–	–	14.361
Outros	231	(808)	2.107	–	1.530	24	(49)	3.943	–	3.918
Total	(1.042.980)	(52.053)	(47.390)	(259.462)	(1.401.885)	(816.984)	(44.109)	(70.831)	45.447	(886.477)

(a) O aumento do saldo, em relação ao ano anterior está diretamente ligado aos ajustes das ativações realizadas em 2022, em função da adequação das obras de investimentos, para atendimento do Ofício circular nº 289/2022 – SFF/ANEEL; (b) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda; (c) Esse custo foi impactado fortemente pelo processo de Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), em que ocorreu maior volume de capitalizações do exercício incremental e os investimentos foram significativos, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na Base de Remuneração da Companhia; e (d) Saldo demonstrado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

23.1. Outras receitas/despesas operacionais

	2023	2022
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	–	545
Reversão de baixa de recebíveis incobráveis (a)	256.688	–
Outras receitas operacionais	1.604	560
Total de outras receitas operacionais	258.292	1.105
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(10.676)	(36.707)
Indenização por danos a terceiros	(729)	(79)
Provisão para perda de estoque	(28.500)	(6.462)
Outras despesas operacionais	(4.702)	(2.599)
Total de outras despesas operacionais	(44.607)	(45.847)
Total outras despesas operacionais, líquidas	213.685	(44.742)

(a) Refere-se a reversão de baixas registradas em anos anteriores, devido às ações de renegociações com os clientes, realizadas durante o exercício de 2023, que resultaram na recuperação da expectativa de recebimento.

24. Energia elétrica comprada para revenda

	2023		2022	
	GWh (t)	R\$	GWh (t)	R\$
Energia de leilão (a)	1.968	(364.278)	1.786	(364.591)
Contratos Eletronuclear	46	(15.692)	44	(12.545)
Contratos cotas de garantias	248	(43.428)	318	(40.866)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/ Energia reserva (b)	–	(50.649)	–	(35.988)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	–	(16.434)	–	(5.399)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	24	(10.727)	25	(14.599)

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

	2023		2022	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	37.853	-	32.189
Outros Custos	-	(1.524)	-	-
Subtotal	2.286	(464.879)	2.173	(441.799)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(53.303)	-	(24.467)
Total	2.286	(518.182)	2.173	(466.266)
(a) A conta de Energia Leilão refere-se aos custos com contratos (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos (MCSDB)), para o exercício houve aumento no volume contratado em 5,20%, embora o preço médio de pagamento tenha decrescido em 4,61%, devido ao não despacho térmico dos contratos por disponibilidade, que correspondem a 69% dos contratos da distribuidora; (b) O crescimento elevado associado às despesas do ESS e EER pelo despacho para atender a segurança energética do SIN (Sistema Interligado Nacional), através de leilões específicos para energia de reserva, ocasionando pagamentos elevados associado a este encargo; (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 11.035, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2022; e (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). As tarifas vigentes foram aprovadas na Resolução Homologatória Nº 3.217 de 04 de julho de 2023, com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). (*) não auditado.				

25. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	26.175	70.223
Valores a receber/devolver - Parcela A	15.873	50.919
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	37.148	5.374
Acrescimo moratório de energia vendida	13.781	16.366
Receita Financeira de AVP	2.746	-
Variação monetária e cambial da dívida (c)	58.269	79.501
Receita - Renegociação de dívida (d)	-	460.494
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.682)	(28.028)
Outras receitas financeiras	46.366	4.801
Total de receitas financeiras	197.678	659.650
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (e)	(122.318)	(81.714)
Valores a receber/devolver parcela A	(8.358)	(36.202)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(158.176)	(78.977)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(18.016)	(59.240)
Despesa financeira de AVP	(3.745)	(4.781)
Atualização de contingências (f)	(12.975)	(9.986)
Despesas - Renegociação de dívida (d)	-	(27.123)
Multas	(27)	(6.564)
Encargos regulatórios	(6.875)	(13.984)
Outras despesas financeiras	(42.461)	(77.321)
Total de despesas financeiras	(372.951)	(395.892)
Resultado financeiro líquido	(175.273)	263.758

(a) A queda nos rendimentos financeiros ocorreu principalmente em função da redução da disponibilidade média da Companhia em 58%, em comparação com o exercício de 2022; (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como *hedge* de fluxo de caixa, que troca *Dólar+spread* por *CDI+spread*, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. Ocorreu também ingressos dos novos contratos com o *Citibank*, no montante de US\$ 60.240, equivalente a R\$ 300.000, em 06 de fevereiro de 2023; (c) A receita foi gerada pela variação cambial, devido à desvalorização do dólar em 721%, saindo de 5,21 em 31 de dezembro de 2022, para 4,84 em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, houve uma receita inferior com a queda do dólar em 6,50%, saindo de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022; (d) A Companhia realizou um Acordo de Renegociação de Dívidas (ARD), com seus antigos fornecedores (Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora);

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte); Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); e Agreko Energia Ltda), cujas parcelas geraram as despesas e receitas financeiras, contabilizadas até a total liquidação, em 2022, referentes aos juros e descontos obtidos, pelos pagamentos no vencimento e de forma antecipada, em concordância com as cláusulas do acordo; (e) Os principais impactos no crescimento dos encargos, foram o aumento do saldo da dívida em 47% em relação ao exercício anterior, e devido à alta do CDI, que passou de 12,39%, em 2022 para 13,04%, em 2023; e (f) Refere-se à atualização monetária das contingências prováveis, calculadas de acordo com os critérios de atualização, definidos pela Companhia e que estão em consonância com os índices previstos nos respectivos processos e com as legislações pertinentes, anteriormente não registradas pela CEA. 26. Instrumentos financeiros. 26.1. Considerações gerais. A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.4 – *Covenants* das

debêntures. 26.2. Política de utilização de derivativos. A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indicadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. 26.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito no item a seguir. b) Mensuração do valor justo. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	7.382	7.382	5.264	5.264
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	10.600	10.600	20.356	20.356
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	469.622	469.622	112.091	112.091
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	397.968	397.968	302.690	302.690
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	15.495	15.495	-	-
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	32.042	32.042	10.832	10.832
Total do ativo			933.109	933.109	451.233	451.233
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	201.694	201.694	239.868	239.868
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	746.097	731.702	477.557	453.474
Debêntures	-	Custo amortizado	1.244.433	1.403.689	569.255	565.958
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	138.146	138.146	81.740	81.740
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	10.279	10.279	15.885	15.885
Total do passivo			2.340.649	2.485.510	1.384.305	1.356.925

• **Caixa e equivalentes de caixa** – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Aplicações financeiras** – são classificados como de VJR. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; • **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificadas como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** – são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; • **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como VJR, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação, que é definida

pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo; • **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Empréstimos e financiamentos** – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); • **Debêntures** – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; e • **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo VJR e de ORA, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo. 26.4. Instrumentos financeiros derivativos. Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	2023			2022		
									Ponta ativa	Ponta passiva	Total	Ponta ativa	Ponta passiva	Total
Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	43.867	R\$ 250.000	anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,52% a.a./CDI + 1,85% a.a.	203.182	(278.373)	(75.191)	213.346	(263.606)	(50.260)
Sumitomo	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$ 250.000	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 3,05% a.a./CDI + 1,48% a.a.	224.434	(267.416)	(42.982)	240.128	(271.608)	(31.480)
Mitsui	06/02/2023	06/02/2026	38.000	R\$ 179.280	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	181.721	(193.657)	(11.936)	-	-	-
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	24.240	R\$ 120.720	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	122.364	(130.401)	(8.037)	-	-	-
Total									731.701	(869.847)	(138.146)	453.474	(535.214)	(81.740)
Passivo circulante														
Passivo não circulante														
Efeito líquido total														

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	31/12/2023			31/12/2022			31/12/2023			31/12/2022		
		Valor nominal	Ativo	Passivo	Valor nominal	Ativo	Passivo	Valor contábil	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i>	reconhecidas em ORA	Valor contábil	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i>	reconhecidas em ORA
Contrato de Swap <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	800.000	-	(138.146)	500.000	-	(81.740)	7.700			(35.375)		

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

26.5 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 26.5 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 17.982 (R\$ 25.620 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Fitch Ratings e Standard & Poors. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2023					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	345.029	20.113	154.900	520.042	71%
Industrial	7.682	97	7.864	15.643	2%
Comercial	66.531	3.791	31.483	101.805	14%
Rural	5.865	226	2.269	8.360	1%
Poder público	27.185	1.220	28.925	57.330	8%
Iluminação pública	16.661	47	9.950	26.658	4%
Serviço público	990	108	-	1.098	0%
Total	469.943	25.602	235.391	730.936	100%

2022					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	131.821	15.692	98.179	245.692	62%
Industrial	8.407	78	5.958	14.443	4%
Comercial	35.336	3.228	20.594	59.158	15%
Rural	1.661	151	1.568	3.380	1%
Poder público	27.568	955	16.379	44.902	11%
Iluminação pública	29.592	9	253	29.854	7%
Serviço público	1.421	129	1	1.551	0%
Total	235.806	20.242	142.932	398.980	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7.2 e 3.13.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto	%Taxa média ponderada da perda	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda	Saldo PECLD
A Vencer	147.971	25,51%	37.747	65.791	3,82%	2.513
Vencido 1 a 30	6.872	21,79%	1.497	40.844	10,06%	4.109
Vencido 31 a 60	4.830	35,99%	1.738	19.550	22,57%	4.412
Vencido 61 a 90	7.264	48,50%	3.523	10.212	33,83%	3.455
Vencido 91 a 120	2.789	54,49%	1.520	7.419	38,22%	2.836
Vencido 121 a 150	2.458	57,10%	1.404	7.425	39,26%	2.915
Vencido 151 a 180	1.707	59,96%	1.024	8.313	42,17%	3.506
Vencido 181 a 210	1.769	61,58%	1.089	6.402	49,65%	3.179
Vencido 211 a 240	1.814	64,29%	1.166	6.807	53,30%	3.628
Vencido 241 a 270	1.593	66,47%	1.059	5.754	55,97%	3.221
Vencido 271 a 300	1.640	67,61%	1.109	5.237	56,77%	2.973
Vencido 301 a 330	1.659	68,45%	1.136	4.141	57,50%	2.381
Vencido 331 a 360	1.488	69,63%	1.036	9.512	58,74%	5.587
Vencido 361 a 390	1.492	70,77%	1.056	6.692	58,84%	3.938
Vencido 391 a 420	1.394	71,66%	999	3.632	59,58%	2.164
Vencido 421 a 450	1.007	72,73%	732	3.477	60,30%	2.097
Vencido 451 a 630	7.943	75,34%	5.984	20.790	60,30%	12.536
Vencido 631 a 720	2.465	78,47%	1.934	9.738	60,30%	5.872
Vencido 721 a 810	2.865	79,79%	2.286	15.931	62,64%	9.979
Vencido 811 a 990	4.261	81,41%	3.469	29.407	67,38%	19.814
Vencido 991 a 1080	1.773	84,59%	1.500	13.168	71,87%	9.464
Vencido 1081 a 1170	2.026	87,01%	1.763	10.175	75,70%	7.702
Vencido 1171 a 1350	3.817	87,11%	3.325	20.546	76,24%	15.664
Vencido 1351 a 1530	3.918	87,11%	3.413	26.987	76,59%	20.669
Vencido 1531 a 1710	3.517	87,11%	3.064	22.024	76,59%	16.868
Vencido 1711 a 1890	2.890	87,11%	2.517	19.117	78,04%	14.919
Vencido maior 1890	12.169	94,68%	11.522	70.852	84,09%	59.579
Total	235.391		98.612	469.943		245.980

Aging parcelamentos saldos a vencer

2023					
	2024	2025	2026	Após 2027	Total
Residencial	48.044	24.763	13.732	12.114	98.653
Industrial	846	387	288	156	1.677
Comercial	8.472	4.463	2.595	2.696	18.226
Rural	533	289	145	121	1.088
Poder público	9.197	5.047	3.804	1.715	19.763
Iluminação pública	5.203	2.892	468	1	8.564
Total	72.295	37.841	21.032	16.803	147.971

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

2023					
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. 361 a 720 dias	Venc. 721 a 1080 dias	Venc. 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias
Residencial	11.067	9.615	6.753	7.153	13.502
Industrial	978	580	257	371	550
Comercial	2.122	2.080	1.693	2.053	3.972
Rural	125	165	187	134	477
Poder público	2.616	1.851	8	51	77
Total	16.917	14.299	8.898	9.762	18.578

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda não faturado	Saldo PECLD
A Vencer	25.602	3,82%	(978)
PECLD Outros			

Faixa (em dias)	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do faturado	Saldo PECLD
A Vencer	807	3,82%	31
Vencido 1 a 30	735	10,06%	74
Vencido 31 a 90	1.215	28,29%	344
Vencido 91 a 180	1.785	40,04%	715
Vencido 181 a 360	1.434	55,20%	792
Vencido 361 a 720	2.865	60,12%	1.722
Vencido 721 a 1890	5.977	71,84%	4.294
Vencido Maior 1890	2.292	84,09%	1.927
Total	17.110		9.899

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da

Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia não encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 8,15 em 31 de dezembro de 2023 (45,66 em 31 de dezembro de 2022). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

2023							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	746.097	999.299	36.631	63.012	446.244	453.412	-
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	1.244.433	1.931.784	48.680	78.989	113.516	1.076.027	614.572
Fornecedores	201.694	201.694	121.133	80.561	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	2.192.224	3.132.777	206.444	222.562	559.760	1.529.439	614.572

Os fluxos de entradas/saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **c) Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar hedge accounting para gerenciar a volatilidade no resultado. **d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aquecidos saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 37,5% (45,62% em 31 de dezembro de 2022), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, debêntures, credores financeiros de recuperação judicial e ajuste a valor presente de credores financeiros em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas

possuem Swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 26.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(746.097)	(775.386)	(969.233)	(1.163.079)	(581.539)	(387.693)
Impacto no resultado							
Swap - Ponta Ativa	US\$	731.702	760.426	950.533	1.140.639	570.319	380.213
Impacto em outros resultados abrangentes							
Impacto no resultado do exercício							
Impacto líquido no resultado do exercício total							

Referência para ativos e passivos financeiros Taxa projetada Taxa em 2023 +25% +50% -25% -50%
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses) 5,03 4,84 6,29 7,55 3,77 2,52

Fonte: B3 e) Risco de taxa de juros: As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	480.222	528.436	540.490	552.543	516.382	504.329
Impacto no resultado							
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(857.970)	(944.110)	(965.645)	(987.180)	(922.575)	(901.040)
	IPCA	(402.329)	(427.756)	(434.113)	(440.470)	(421.399)	(415.042)
Impacto no resultado							
Swap - Ponta Passiva	CDI	(869.848)	(957.181)	(891.681)	(913.514)	(848.015)	(826.182)
Impacto em outros resultados abrangentes							
Impacto no resultado do exercício							
Impacto líquido no resultado							
Referência para ativos e passivos financeiros							
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 16 - Debêntures. **g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. **h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes

do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere à implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executoras de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial,

em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **26.6 Gestão de capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **27. Demonstrações dos fluxos de caixa:** 27.1. Transações não envolvendo caixa: O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Efeito não caixa

Atividades de investimento	
Adição de ativos de contrato com contrapartida de fornecedores (a)	14.831
Adição de ativos de contrato com contrapartida de obrigações trabalhistas (a)	11.074
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (b)	20.361
Transferências entre ativos de contrato e intangível (b)	374.892
Total de atividades de investimento	421.158
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	2.558
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	7.700
Total de atividades de financiamento	10.258
Total	431.416

(a) Correspondem às adições com contrapartida em fornecedores e obrigações e encargos sobre folha de pagamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 13 - Ativos de contrato; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão, além de ajustes entre contas de imobilizado e intangível e ativos de contrato e valores da Parcela A; (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos; e (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado, conforme nota explicativa nº 26.4 - Instrumentos financeiros derivativos. **27.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

	2022	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	477.557	300.000	(20.039)	(11.421)	746.097
Debêntures	569.255	579.134	-	96.044	1.244.433
Instrumentos financeiros derivativos	81.740	-	(56.922)	113.328	138.146
Totais	1.128.552	879.134	(76.961)	197.951	2.128.676

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros. **28. Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	549.573	541.185	557.447	6.208.070
Energia contratada (MWh)	2.301.115	2.145.665	2.133.787	19.843.324
Sistemas isolados (R\$ Mil)	123.613	121.547	126.486	718.520
Sistemas isolados (MWh)	50.068	49.734	50.256	260.504

(*) estimado 9 anos após 2026. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Sérvio Túlio dos Santos
DIRETORIA EXECUTIVA
Augusto Dantas Borges - Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Cristiano de Lima Logrado
Humberto Luis Queiroz Nogueira - José Silva Sobral Neto
Bruno Cavalcanti Coelho
Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador
CRC-PE012996-O-3-S-AP

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

CNPJ 05.965.546/0001-09

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA - Macapá - AP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada:** As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 25.602 em 31 de dezembro de 2023 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. A mensuração da receita não faturada foi considerada um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja estimada de forma precisa. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) teste com base amostral dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iii) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Avaliação de recuperabilidade de ativos intangíveis e ativos de contrato:** A Companhia possui saldo de ativos intangível e ativos de contrato no montante de R\$688.399 mil e R\$ 340.975 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023. A Administração avalia, no mínimo anualmente, a recuperabilidade desses ativos, por existir indicativos de impairment, baseada no método do valor em uso. Este modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas podem gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas Demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 12 e 13 às demonstrações contábeis. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na revisão do modelo de projeção de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa

(UGC), utilizado pela Administração na análise sobre a avaliação do valor recuperável; (ii) comparação com os planos mais recentes de negócios além de questionamentos sobre as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo utilizadas no modelo; e (iii) determinação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar na avaliação do valor recuperável do ativo intangível e ativo de contrato, considerando a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequação da divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Controles gerais de tecnologia de informação:** A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e amplitude a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria, da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respei-

to. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O



Building a better
working world



TRAGÉDIA

IDOSO MORRE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO NA ZONA SUL DE MACAPÁ

ELEN COSTA
DA REDAÇÃO

Ivan era agricultor e morava na comunidade do Breu, município de Pracuuba, a 280 quilômetros de Macapá; ele estava na capital em busca de saúde

Ivan Guilherme Pinheiro, de 62 anos de idade, morreu na manhã desta terça-feira, 9, em um acidente de trânsito no cruzamento da avenida Diógenes Silva com rua Barão de Mauá, no bairro Buritizal, na zona sul de Macapá.

A vítima era agricultora e morava na comunidade do Breu, uma localidade rural que fica no município de Pracuuba, a 280 quilômetros de Macapá. Ela estava na cidade em saúde.

De acordo com informações, Ivan seguia na garupa de uma mototáxi, quando foi atingido por um carro modelo Eco Sport. O veículo era conduzido por uma professora que estava a caminho do trabalho.

O Samu chegou a ser acionado, mas o idoso não resistiu. Militares do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) disseram que a mulher prestou socorro à vítima, mas precisou deixar o local, pois passou mal. Após receber atendimento médico, ela se apresentou na delegacia.

Conforme relatos de testemunhas, a motocicleta seguia pela avenida, no sentido Oeste/Leste, e foi atingida pelo automóvel que trafegava no sentido Sul/Norte. Mesmo com sinalização horizontal, a professora teria avançado a preferencial.

Ainda segundo informações, o mototaxista teve ferimentos leves e permaneceu no local. ■



SINISTRO

LOJA É CONSUMIDA EM INCÊNDIO QUE DURA MAIS DE 15 HORAS



Um incêndio de grande proporção que teve início por volta das 2h40 desta terça-feira, 9, está destruindo uma loja de confecções e calçados no centro comercial de Santana.

Militares de várias unidades do Corpo de Bombeiros foram mobilizados para controlar as chamas e evitar que o fogo se alastre para outros estabelecimentos da avenida Santana. A Defesa Civil forneceu carros pipa para auxiliar nos trabalhos.

Às 17h, o relações públicas do Corpo de Bombeiros informou que as grandes chamas foram debeladas, entretanto, a corporação não classifica que o incêndio tenha sido controlado.

“Há bastante queima interior e o combate é difícil porque há muito calor contido no espaço. Estamos com equipes atuando no interior e outra na escada magirus atacando por fora, através de acessos como janelas e um buraco na parte de cima. O incêndio se encontra apenas no prédio. Continuaremos trabalhando para a sua total extinção, o quanto for necessário”, afirmou o subtenente Dominique.

As causas do sinistro serão investigadas. Testemunhas contaram que o fogo começou no terceiro andar do prédio. Foi necessário o fechamento das vias nas proximidades e a interrupção do fornecimento da energia elétrica. ■

ZIULANA MELO

E-mail: ziulanamelo@yahoo.com.br Twitter: @ziulanamelo Facebook: Ziulana Melo Instagram: ziulana_melo



ACONTECEU
EM SOCIEDADE
VOCÊ SABE
AQUI

Pesquisa

O Governo do Amapá lançou o edital do "Programa de Mobilidade Acadêmica", para auxiliar pesquisadores nas apresentações e divulgação de trabalhos de estudos e pesquisas em eventos, cursos e visitas técnicas, promovendo a ciência, tecnologia e inovação. As inscrições começam nesta quarta, 10, através do site da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (Fapeap). O valor concedido para o programa será de R\$ 150 mil, sendo de até R\$ 2 mil para participações nacionais e até R\$ 14 mil para internacionais.

Aos graduados

De 10 a 12 de abril, o MPF no Amapá recebe inscrições de interessados em participar da seleção para cargo em comissão vinculado ao gabinete do procurador-chefe da Procuradoria da República no Amapá. Os candidatos devem possuir graduação em direito e encaminhar a documentação relacionada no edital, para o e-mail prop-chefegab@mpf.mp.br, no prazo determinado para inscrição. A seleção será composta de três fases: análise curricular, prova discursiva e entrevista. A íntegra do edital está disponível no site www.mpf.mp.br/ap.

Visita

Na manhã desta segunda, 8, o senador Randolfe Rodrigues recebeu, em Brasília, o diretor-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Carlos Baigorri. Na ocasião, Baigorri anunciou que o novo cabo submarino de telecomunicação que saiu de Belém chegou nessa semana em Macapá, e em breve será ativado. Também está previsto a cerimônia de inauguração e ativação do cabo no Amapá, com a presença do Ministro das Comunicações, Juscélino Filho.



Senador Randolfe recebendo a visita do diretor-presidente da ANATEL, em seu gabinete, em Brasília. ■



Empresária Bianca Melo Silva festejando mais um aniversário, neste final de semana. Parabéns especial, querida! ■



Em close, a bela Isadora Freitas em recente ensaio fotográfico de seus 15 anos, realizado em Curitiba/PR. Sua festa será na companhia de familiares e muitos amigos, em breve. ■



Destaque para a bonita Nádia Gomes que comemora idade nova, nesta terça, 9. Felicidades! ■

A vida vai ficando cada vez mais dura perto do topo.

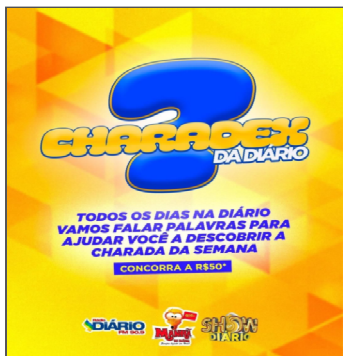
Friedrich Nietzsche
Filósofo, escritor,
poeta e filólogo
alemão



Juiza Marina Lustosa e o presidente do Tjap, Adão Carvalho, em visita a Aldeia do Manga, em Oiapoque. ■

■ **Em Oiapoque** - O presidente do Tjap, desembargador Adão Carvalho, acompanhado pela juíza auxiliar da presidência Marina Lustosa, e comitiva, visitaram a Aldeia do Manga, em Oiapoque, no fim de semana. A iniciativa faz parte da gestão inclusiva do TJAP em relação aos povos originários. Na comunidade residem cerca de 1.240 indígenas da etnia Karipuna. ■

■ **Dengue** - A Prefeitura de Macapá continua a vacinação contra a dengue. Os imunizantes estão sendo oferecidos para o público de 10 a 14 anos. Agora, o imunizante pode ser encontrado em 9 Unidades Básicas de Saúde (UBS), durante toda a semana, das 8h às 17h. Anote aí os pontos de vacinação: UBS Infraero 2, UBS Marcelo Cândia, BR 210, Brasil Novo, Lélis Silva, Macapaba, Pedro Barros, Perpétuo Socorro e Marabaixo, cobrindo diversas regiões da capital. ■



CLASSIFICADOS

FALE COM O COMERCIAL

E-mail: comercial.da@bol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa

**APONTE A CÂMERA PARA O
QR CODE E CONFIRA MAIS OPÇÕES!**



@ALTAIRPEREIRAIMOVEIS

CRECI 119-J

ALTAIR PEREIRA IMÓVEIS

DESDE 1976

SHOPPING
Imobiliário

SUA SEGURANÇA IMOBILIÁRIA

AV. IRACEMA CARVÃO NUNES, 290 - CENTRO
 +55 (96) 98113-7575 | WWW.ALTAIRPEREIRAIMOVEIS.COM.BR

SERVIÇOS
SERVICES

COMPRA
BUY / ACHAT

VENDA
SELL / VENDE

LOCAÇÃO
RENTAL / LOCATION

AValiação
EVALUATION / EVALUATION

ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRATION / ADMINISTRATION

CONSULTORIA
CONSULTING / CONSULTANT

LEGALIZAÇÃO
LEGALIZATION / LEGALISATION

PARCEIRAS:

Topaza
CONSTRUTORA

ITAP
CONSTRUTORA

VENDE JARDIM EQUATORIAL

Imóvel com 253 m², garagem para 02 (dois) veículos, sala para 02 (dois) ambientes em conceito aberto, 04 (quatro) suítes, sendo 01 (uma) suite master com closet e varanda; 1 (um) lavabo, escritório, cozinha, área de serviço, área de lazer coberta com banheiro, piscina cavada e churrasqueira. Possui também móveis planejados. Produção de energia solar de até 1.500 kw mês.

VALOR: R\$ 975.000,00

ALUGAR CENTRAL

Excelente prédio comercial recém construído, piso em porcelanato, esquadrias de alumínio, medindo 1.136,00 m². O mesmo contendo térreo e mais 3 (três) pavimentos com elevador, sistema de hidrante, totalizando 18 (dezoito) salas com lavabos.

VALOR R\$45.000,00

VENDE CENTRAL

Com espaços amplos e versáteis, este imóvel é ideal para empresas de diversos segmentos. Aproveite essa chance de adquirir um imóvel estrategicamente posicionado. Não perca tempo, entre em contato

VALOR: R\$ 9.500.000,00

VENDE CENTRAL

Imóvel construído sob lote medindo 20 metros de frente por 30,00 metros de fundo, com edificação de aproximadamente 900m, contendo amplo salão, copa, 02 jogos de banheiros, depósito, escritório, nos altos mezanino com amplo salão para exposição.

VALOR: R\$ 3.000.000,00

ALUGA FAZENDINHA

Apartamento localizado no condomínio Roma, com vaga de estacionamento, sala de estar, banheiro, cozinha, 02 (dois) quartos e área de serviço.

VALOR: R\$ 1.100,00

VENDE CENTRAL

Prédio comercial constituído por 03 pavimentos, cortando uma área de 1.241,35m², totalizando 3.724,12m², com proveitoso do edifício, e outros 02 pavimentos possuem 3,50m. O terreno medindo 44,40m de frente por 32,50m de frente ao fundo.

VALOR R\$ 12.684.336,98

VENDE CENTRAL

Imóvel com amplo salão, 03 jogos de banheiros, depósito, salas em divisórias, e mais 03 (três) pavimentos com amplo salão, 02 (dois) jogos de banheiros em cada andar e salas em divisórias de Eucatex, medindo aproximadamente 2.000

VALOR: R\$5.000.000,00

ALUGA CENTRAL

Galpão comercial recém construído, altura de 3,5 m e 4,00m de largura, amplo salão para armazenamento, banheiro. Com uma ampla área e ótima localização

VALOR: R\$ 3.500,00

VENDE JARDIM MARCO ZERO

Imóvel em fase de construção de 02 pavimentos de esquina para Juscelino Kubitschek em lote medindo 12,00m de frente por 36,00m, pelo lado direito com a Rua Maria Marola Gato, totalizando 432m

VALOR: R\$ 3.000.000,00

ALUGA CENTRAL

TÉRREO - Ponto comercial em alvenaria, forro em lâminas de pvc, piso lajotado, contendo as seguintes dependências: amplo salão e banheiro social. Taxa de água no valor de R\$ 150,00 não inclusa no valor anunciado.

VALOR R\$1.500,00

ALUGA NOVO BURITIZAL

Imóvel residencial em alvenaria, piso lajotado forro PVC, contendo as seguintes dependências: sala de estar/jantar, cozinha, 3 suítes, banheiro social, área de serviços e varanda.

VALOR: R\$ 1.300,00

VENDE SÃO LAZARO

Ponto comercial na BR próximo de supermercados e farmácias, contendo amplo salão, depósito, escritório e vc, edificado sob lote medindo 12,00m de frente por 30,00m de fundos, totalizando 360 m², ao lado da Auto Escola São Cristóvão.

VALOR: R\$ 1.200.000,00

ALUGA SANTA RITA

Apartamento residencial, com 02 quartos forrado e lajotado, contendo as seguintes dependências: garagem com portão eletrônico, sala de estar, 02 (dois) quartos, banheiro social e cozinha. Ainda dispõe de interfone com trava automática, abastecimento de água por bomba.

VALOR: R\$1.400,00

ALUGA LOT.ÇAÍ

Esse imóvel espaçoso conta com 3 quartos, sendo 1 suite, banheiro completo, cozinha, garagem coberta, lavanderia, sala de estar e sala de jantar. Possui entrada facilitada, entrada lateral, rua asfaltada, forro, garagem, poço artesiano

VALOR: R\$ 1.500,00

CLASSIFICADOS



autenticidade das publicações podem ser conferidas através do link:

<https://acesse.dev/pZcqj>



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTIAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023/CPL/PMCT
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041.90.2023.E.205/SEMOR/PMCT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTIAS – através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados, referente ao processo Administrativo nº 041.90.2023.E.205/SEMOR/PMCT, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tom como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, BAIRRO BEIRA RIO, MUNICÍPIO DE CUTIAS. CONVÊNIO Nº 921173/2021-MD-PCN, tomando público, conforme sessão realizada no dia 03/04/2024 às 09:30 para abertura dos envelopes de habilitação e proposta, obtendo o seguinte resultado: empresa PK CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ Nº 41.161.677/0001-99 Habilitada tanto no documento de habilitação quanto na fase de proposta, apresentou proposta no valor de R\$ 1.257.725,89 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), sendo o valor apresentado pela empresa PK CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ Nº 41.161.677/0001-99 o único e o mais vantajoso para a administração pública. A proposta foi analisada pela equipe técnica e obteve parecer favorável a contratação.

Cutias-AP, 03 de abril de 2024.

Fabio Adriano Silva Pereira
Presidente da CPL/PMCT

ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTIAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023-CPL/PMCT

O Excelentíssimo Senhor RAIMUNDO BARBOSA AMANAJÁS FILHO, Prefeito Municipal de Cutias-AP, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 8.666 de 21/06/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9648, de 27/05/98 e considerando o teor do relatório apresentado pela Comissão Permanente de Licitação-CPL/PMCT, relativo ao exame e julgamento das documentações e proposta para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, BAIRRO BEIRA RIO, MUNICÍPIO DE CUTIAS.

Considerando por fim, a inexistência de qualquer vício, irregularidade ou recursos pendentes.

RESOLVE:

I-HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Permanente de Licitação constante do relatório objeto da TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023-CPL/PMCT.

II-ADJUDICAR a empresa P K CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ Nº 41.161.677/0001-99, com sede a AL MERIDIONAL DO NORTE nº 100 LETRA A SALA B Bairro Araxá Cidade Macapá-Amapá CEP 68.903-881, vencedora da licitação com o preço global de R\$ 1.257.725,89 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Cutias-AP, 08 de abril de 2024

RAIMUNDO BARBOSA AMANAJÁS FILHO
Prefeito de Cutias-AP

NANDO MOTOS
Competition
PEÇAS E ACESSÓRIOS
Email: nandomotospb@gmail.com

Rebok
Gratuito
24 horas

ALINHADO DE CHASSI

SUZUKI
YAMAHA
KAWASAKI
OUTRAS

Rua Claudomiro de Moraes, 249 - Buritizal
Fones: (96) 3242-4085 / (96) 3435-1435 Macapá-AP

Donna Coxinha
SINCE 2017

Salgados frito na hora

100 A PARTIR DE
SALGADOS R\$ 24,99

Rua Odilando Silva, 1801 - Centro
9 9115-2525

Baixe o App da Diário FM e ouça 24 h a melhor programação

GET IT ON Google play Available on the App Store

Rádio DIÁRIO FM 90.9
SUA RÁDIO COM ESTILO

NOVA ELETRÔNICA AUDIO SYSTEM

- Antena Externa para TV
- Antena de Celular Rural
- Microfone
- Parabólica Completa
- Receptor para Parabólica
- Suporte para TV's
- Caixa Amplificada
- Fonte para Notebook
- Fonte para Teclado
- Cabos para Microfone
- Violão, Guitarra...
- Encordoamento para Violão
- Guitarra, Cavaquinho...
- Controle para TV e DVD

(96) 9122-1518
3081-4202

Av. Mendonça Junior, 326
Bairro: Centro - Macapá/AP

CLASSIFICADOS

FALE COM O COMERCIAL

E-mail: comercial.da@bol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa

CASAS PARA VENDA MACAPÁ BURITIZAL

(Cód-1150C) Altamir Imóveis -Vende um excelente imóvel residencial e comercial, de esquina, em rua pavimentada e de grande movimento, contendo os seguintes: imóvel residencial com 02 suítes, 01 sala, wc social, cozinha. Todo lajotado e forrado; o ponto comercial com venda de material para veículos juntamente com oficina para manutenção. Terreno titulado. Valor R\$2.500.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723 CRECI nº 5017.

JARDIM FELICIDADE I

(Cód-1149C) Altamir Imóveis - Vende uma casa toda em alvenaria em fase de acabamento com as seguintes dependências: sala, 01 quarto, 01 suite, wc social, cozinha. Possui poço amazonas com bomba e caixa d'água. Terreno todo murado com registro em cartório de imóveis medindo 12 x 30. VALOR R\$60.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LAURINDO BANHA

(Cód-700C) Altamir Imóveis -Vende uma ótima casa de alvenaria de frente para o nascente e outra de madeira no mesmo terreno, sendo a de alvenaria contendo: garagem para 01 carro com portão de alumínio, pátio, sala, 4/4, wc social, cozinha e área de serviços. Toda lajotada, parcialmente forrada e murada e a mista contendo: sala, 2/4, wc social e cozinha. Apenas R\$170.000,00 aproveite esta oportunidade. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO AÇAÍ

(Cód-1180C) Altamir Imóveis - Vende 04 casas novas para financiamento junto a rede bancária a serem entregues em até 150 dias, com 68m² de área construída, todas de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, pátio, sala de estar, sala de jantar, 01 quarto, 01 suite, wc social, cozinha e área de serviços. Todas lajotadas, forradas em gesso, cobertas com telhas plan. Terreno medindo 8x25. Possuem ainda poço artesiano. Apenas R\$165.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO AÇAÍ

(Cód-1181C) Altamir Imóveis - Vende 03 casas novas para financiamento junto a rede bancária a serem entregues em até 150 dias, com 70m² de área construída, todas de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, pátio, sala de estar, sala de jantar, 01 quarto, 01 suite, wc social, cozinha e área de serviços. Todas lajotadas, forradas em gesso, cobertas com telhas plan. Terreno medindo 10 x 25. Possuem ainda poço artesiano. Apenas R\$180.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO AÇAÍ

(Cód-1182C) Altamir Imóveis -Vende 03 casas novas para financiamento junto a rede bancária a serem entregues em até 150 dias, com 80m² de área construída, todas de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, pátio, sala de estar, sala de jantar, 01 quarto, 01 suite, wc social, cozinha e área de serviços. Todas lajotadas, forradas em gesso, cobertas com telhas plan. Terreno medindo 10 x 25. Possuem ainda poço artesiano. Apenas R\$200.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO IPE

(Cód-1170C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, pátio, sala, 01 quarto, 01 suite reversível, cozinha e área de serviços. Toda lajotada, forrada e murada. Possui ainda poço amazonas com bomba e caixa d'água. Terreno medindo 12 x 25. Apenas R\$60.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO IPE

(Cód-1162C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, sala conjugada com cozinha com balcão americano, 02 suítes com os wcs com box e área de serviços. Toda lajotada, forrada em pvc e gesso acartonado. Possui ainda poço amazonas, cx d'água de 1.000 litros e bomba. Terreno medindo 9,30 x 25. Valor R\$120.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO MORADA DAS PALMEIRAS

(Cód-1172C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria de esquina com as seguintes dependências: sala, 02 suítes, cozinha, toda lajotada, forrada e gradeada. Possui ainda um ponto comercial todo lajotado, forrado



**VENDE, ALUGA, AVALIA,
LEGALIZA E ADMINISTRA**

Um novo horizonte Imobiliário

3223-8577 / 98136-1757 / 99161-5790 / 99972-4723

e com wc social. Terreno medindo 10 x 25. Ótima localização. Apenas R\$140.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

LOTEAMENTO MORADA DAS PALMEIRAS

(Cód-1122C) Altamir Imóveis -Vende uma excelente casa nova de alvenaria, contendo as seguintes dependências: garagem para 02 carros, pátio, sala, 02 quartos, 01 suite, cozinha com balcão americano em mármore, wc social com Box em blindex, área de serviços e cozinha externa com banheiro, dispensa, churrasqueira e balcão em mármore. Possui ainda portão eletrônico, cerca elétrica, alarme, caixa d'água e mobília, tais como: Sofa com almofadas, guarda roupas casal e solteiro, guarda-louças, rack, televisores, fogão 06 bocas, mesado vidro com 04 cadeiras, mesa de madeira com 06 cadeiras, microondas, geladeiras, ar condicionado, armário de parede. Imóvel todo lajotado, forrado, gradeado e murado. Terreno medindo 10 x 25. Apenas R\$220.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

MARABAIXO III

(Cód-1183C) Altamir Imóveis -Vende 02 casas de alvenaria no condomínio Eudorado a serem entregues com 150 dias, prontas para financiamento com 70m² de área construída, contendo os seguintes cômodos: garagem, pátio, sala de estar, sala de jantar, 01 quarto, 01 suite, wc social, cozinha com balcão americano e área de serviços. Todas lajotadas, forro em gesso, cobertura em telha plan. Possui ainda poço artesiano. Terreno medindo 10 x 25. Valor R\$185.000,00. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

MARABAIXO III

(Cód-1184C) Altamir Imóveis -Vende 02 casas de alvenaria no condomínio Eudorado a serem entregues com 150 dias, prontas para financiamento com 80m² de área construída, contendo os seguintes cômodos: garagem, pátio, sala de estar, sala de jantar, 02 quartos, 01 suite, wc social, cozinha com balcão americano e área de serviços. Todas lajotadas, forro em gesso, cobertura em telha plan. Possui ainda poço artesiano. Terreno medindo 10 x 25. Valor R\$220.000,00. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO BURITIZAL

(Cód-1037C) Altamir Imóveis - Vende um imóvel residencial todo em alvenaria, em ótima localização, em rua pavimentada, contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, sala de estar, sala de jantar, 01 quarto, 02 suítes, cozinha e área de serviços. Toda lajotada, forrada e murada. Possui ainda: poço amazonas com bomba e caixa d'água para 500 litros. Terreno todo acimentado medindo 10 x 30, perfazendo 300m² de área. Valor R\$290.000,00. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO BURITIZAL

(Cód-1152C) Altamir Imóveis - Vende uma casa residencial todo em lvenaria, em ótima localização de frente para nascente, próximo posto do Lúcio Silva, feira do agricultor contendo as seguintes dependências: garagem para 03 carros, pátio sala de estar, 2/4 + 01 suítes, cozinha e área de serviços. Toda lajotada, forrada, gradeada e murada. Possui ainda pequena piscina e 2 WC social. Terreno todo acimentado medindo 12 x 30, perfazendo 360m² de área. Valor R\$160.000,00 aceita-se propostas. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1176C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria próxima do centro comercial do bairro, de frente para o nascente, contendo as seguintes dependências: pátio, garagem para 02 carros, sala de estar, sala de jantar, 03 quartos, wc social, cozinha e área de serviços. Parcialmente lajotada, toda forrada, murada com exceção da frente e fundo. Terreno medindo 10 x 30. Possui ainda poço amazonas com caixa d'água de

500 litros e bomba. Valor R\$90.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1160C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria contendo as seguintes dependências: 01 sala, 01 quarto e cozinha e mais 03 kitnets sendo 01 em alvenaria e 02 de madeira. A casa toda lajotada e forrada. Terreno medindo 12 x 30. Apenas R\$100.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1158C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem, pátio, sala, 02 quartos, 01 suite, cozinha e área de serviços. Parcialmente lajotada, forrada e murada. Possui ainda 01 kitnet em fase de construção. Terreno medindo 10 x 45. Apenas R\$80.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1147C) Altamir Imóveis - Vende uma casa de madeira com as seguinte dependências: garagem para 01 carro, sala, 02 quartos, wc social, cozinha e área de serviços. Imóvel com as paredes todas revestidas (dupla) e forrado. Terreno medindo 30 x 30 parte murado e parte cercado. Apenas R\$80.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1153C) Altamir Imóveis - Vende uma casa toda de alvenaria com pátio, 02 salas, 03 quartos, wc social, cozinha e área de serviços. Toda lajotada, forrada e murada. Terreno medindo 12 x 30. Apenas R\$85.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1179C) Altamir Imóveis - Vende uma casa toda de alvenaria com: garagem não coberta para 02 carros, pátio, sala de estar, sala de jantar, 01 quarto, 01 suite, wc social, cozinha. Toda lajotada, forrada em pvc, parcialmente gradeada, toda murada. Terreno de esquina medindo 13 x 28. Possui ainda poço amazonas com bomba e caixa d'água de 500 litros. Apenas R\$80.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-1144C) Altamir Imóveis -Vende uma ótima casa toda de alvenaria contendo as seguintes dependências: garagem com portão de ferro com capacidade para 04 carros, pátio, sala, 02 quartos, 01 suite, wc social, cozinha com balcão americano e área de serviços com tanque. Possui ainda área de lazer com piscina, cozinha externa com pia e balcão americano, cerca elétrica, 03 câmeras de segurança, poço artesiano, poço amazonas com bomba e caixa d'água. Imóvel todo lajotado, forrado, gradeado, pintado e murado. Terreno medindo 10 x 30. Apenas R\$127.000,00. Aceita-se propostas. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

NOVO HORIZONTE

(Cód-980C) Altamir Imóveis -Vende uma armação de uma casa em alvenaria em terreno plano medindo 10 x 30, parcialmente cercado. Apenas R\$22.000,00. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

PLATON

(Cód-1185C) Altamir Imóveis -Vende 01 casa de alvenaria a ser entregue com 150 dias, pronta para financiamento com 100m² de área construída, contendo os seguintes cômodos: garagem, pátio, sala de estar, sala de jantar, 02 quartos, 01 suite, wc social, cozinha com balcão americano e área de serviços. Toda lajotada, forro em gesso, cobertura em telha plan. Possui ainda poço artesiano. Terreno medindo 12 x 25. Valor R\$280.000,00. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

RESIDENCIAL LAGOA

(Cód-1187C) Altamir Imóveis -Vende uma excelente casa de alvenaria em ótima localização em terreno de esquina com terreno e um pavimento contendo as seguintes dependências: garagem para 03 carros, pátio, sala, anti-sala, 03 suítes sendo uma master com sacada e banheiro de hidro-massagem, depósito, escritório, wc social, cozinha com balcão americano todo em granito. Imóvel com piso todo em porcelanato, forro com acabamento em gesso, cerca elétrica, alarme, interfone, 02 tipos de iluminação, poço artesiano com bomba e caixa d'água de 2.000 litros e cobertura em telha plan. Possui ainda área de lazer com piscina, maloca, churrasqueira, cozinha e banheiro. Terreno medindo 15 x 30 titulado e registrado. Valor R\$850.000,00... Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

SÃO LAZARO

(Cód-1177C) Altamir Imóveis -Vende DUAS ótimas casas em alvenaria no mesmo terreno sendo UMA toda pronta, com ótimo acabamento, contendo as seguintes dependências: garagem para 01 carro, pátio, sala, 02 quartos wc social, cozinha com balcão americano e área de serviços. Toda com forro trabalhado em madeira, piso em porcelanato, gradeada, pintada e a OUTRA com os mesmos cômodos, faltando apenas acabamentos, tais como: piso, forro e pintura. Terreno medindo 9,60 x 35 todo murado. Ótima oportunidade de negócios por Apenas R\$180.000,00. Aceita-se propostas. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

SOL NASCENTE

(Cód-1186C) Altamir Imóveis -Vende 01 casa de alvenaria com entrega prevista em até 150 dias, pronta para financiamento, em rua asfaltada, sendo em 02 tambores: uma com 02 quartos e 80m² de área construída no valor de R\$220.000,00 e a outra com 03 quartos e 100m² de área construída no valor de R\$280.000,00. Possui ainda garagem, pátio, sala de estar, sala de jantar, wc social, cozinha com balcão americano ou de acordo com a vontade do cliente. Toda lajotada, forro em gesso, murada e com poço artesiano. Aproveite e reserve logo esse imóvel para financiamento. Ótima localização. Terreno medindo 12 x 25. Tel.: 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

UNIVERSIDADE

(Cód-1173C) Altamir Imóveis - Vende uma casa mista com os seguintes cômodos: pátio, garagem para 01 carro, sala de estar, sala de jantar, cozinha com balcão americano, 02 quartos, 01 suite, wc social e área de serviços. Toda lajotada, forrada, murada nas laterais e frente em madeira. Possui ainda poço Amazonas com bomba e caixa d'água de 500 litros. Terreno medindo 12 x 15. Valor R\$85.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

UNIVERSIDADE

(Cód-1169C) Altamir Imóveis -Vende uma casa de alvenaria no conjunto da Embraça, com os seguintes cômodos: Garagem para 01 carro, pátio, sala de estar, sala de jantar, 02 quartos, 01 suite, wc social, cozinha, área de serviços e depósito. Toda lajotada, forrada, gradeada e murada. Terreno medindo 12 x 30. Possui ainda caixa d'água com capacidade para 2.000 litros. Valor R\$300.000,00. Tel. 3223-8577/98136-1757/99161-5790/99972-4723. CRECI nº 5017.

VENDA DE PREDIO, PONTO COMERCIAL E GALPÕES

SANTANA-CENTRO

(Cód-1093C) Altamir Imóveis - Vende 01 EXCELENTE PREDIO residencial e comercial, de esquina, todo documentado, com registro em cartório de imóveis por cômodos, em excelente localização com terreno e 02 pavimentos, localizado no centro comercial, próximo do Santa Lucia, Fortaleza, Doméstica e outros. Edificado em terreno com uma área total de 1.080,00m². O predio contém as seguintes dependências: 07 salas comerciais, podendo utilizar o espaço de uma delas para divisão para mais 02, totalizando assim 09 salas sendo 01 com: sala ampla para atendimento com balcão em mármore, wc social, consultórios, copa e sala de esterilização. Piso todo em porcelanato, forro em gesso, portas em blindex, centrais de ar instaladas e as outras com: sala de atendimento, wc social e 01 delas com uma ante sala. Todas lajotadas e forradas em PVC. Possui ainda 10 apartamentos com 2/4, 02 salas, cozinha, wc social, área de serviços, varanda e sacada (CADA). Todos lajotados, forrados, gradeados. Imóvel possui estacionamento lateral para vários veículos. Valor R\$3.000.000,00.

CLASSIFICADOS

FALE COM O COMERCIAL

E-mail: comercial.da@bol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa



Aqui seu imóvel é uma realidade

Av. Presidente Vargas 1917-A
 Bairro: Central - Macapá-AP
 Fones: (96) 3222-1550 / (96) 8112-0224
 (96) 8806-4650 / (96) 9144-8744

www.oliveiraimoveisap.com.br

VENDA RESIDENCIAL

ACAÍ

Oliveira Imóveis - 0011/2013

VENDO UMA CASA COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA, 03 SUÍTES, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, O MESMO ESTÁ MURADO E FORRADO E TEM SUAS MEDIÇÕES 10 X 2 LOCALIZADO NA RUA ANANIAS Nº 426 VALOR R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0153/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA, COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 01 CARRO, 01 SALAS, 03 QUARTOS SENDO 01 SUÍTE, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO O MESMO ESTÁ TODO MURADO, LAJOTADO, E FORRADO E TEM SUAS MEDIÇÕES 10X25 LOCALIZADO NA DAS PUNHAS Nº 375 VALOR R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

BELLA VILLE

Oliveira Imóveis - 0124/2012

VENDO UMA CASA COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA, 03 SUÍTES, 02 QUARTOS, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, DISPENSA, PISCINA, ÁREA COM CHURRASQUEIRA, 02 DEPOSITOS, 1 DEPENDÊNCIA DE EMPREGADA, CIRCUITO INTERNO DE MONITORAMENTO DE CÂMERA INTERNA E EXTERNA, CERCA ELÉTRICA, SENSOR DE ALARME, O MESMO ESTÁ TODO MURADO, LAJOTADO E FORRADO, LOCALIZADO NA RUA DOS SÁBIOS Nº 2381 VALOR R\$ 750.000,00 (SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

CABRALZINHO

Oliveira Imóveis - 0188/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: 1ª PAVIMENTO: GARAGEM PARA 02 CARROS, 02 SUÍTES, 01 BANHEIRO, 01 COZINHA, 01 ESPEÇO GOURMET, ÁREA DE SERVIÇO, 2ª PAVIMENTO: 02 PATÍOS, 01 MEZANINO, 01 SUÍTE MASTER, LOCALIZADO AV. ALMEIDA CAJARI Nº 147 VALOR R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0147/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, 01 SALA DE ESTAR, COZINHA AMERICANA COM BALCÃO EM GRANITO, 02 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, BANHEIRO SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO E QUINTAL LOCALIZADO NA RUA DOS PAPAGAIOS Nº 1017 VALOR R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0032/2012

VENDO UMA CASA DE DOIS PAVIMENTOS CONTENDO: 1ª PAVIMENTO: 01 SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, COZINHA, BANHEIRO, ÁREA DE SERVIÇO, DISPENSA E GARAGEM, 2ª PAVIMENTO: 02 SUÍTES, 01 SUÍTE AMPLA COM SACADA, BANHEIRO SOCIAL, SUAS MEDIÇÕES 20X30 LOCALIZADO NA RUA DOS CÍSMES QUADRA B, LOTE 7 VALOR R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

CENTRO

Oliveira Imóveis - 0219/2013

VENDO UM EXCELENTE APARTAMENTO CONTENDO: 01 SALA DE ESTAR, 1 SUÍTE, 2 QUARTOS, 1 BANHEIRO SOCIAL, 1 ÁREA DE SERVIÇO LOCALIZADO RUA: SÃO JOSÉ Nº 1692 VALOR R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

CONGÓS

Oliveira Imóveis - 0190/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA LOCALIZADA NO BAIRRO DO CONGÓS CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: GARAGEM PARA 03 CARROS, SALA DE ESTAR, 04 QUARTOS SENDO 02 SUÍTES, BANHEIRO SOCIAL E ÁREA DE SERVIÇO LOCALIZADO AV. BENHUR CORREA ALVES Nº 1555 VALOR R\$ 190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0191/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA EM FASE DE ACABAMENTO, A MESMA É BEM LOCALIZADA LOCALIZADO: AV. JOÃO GUERRA Nº 1586 VALOR R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

INFRAERO II

Oliveira Imóveis - 0214/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS, GARAGEM PARA 03 CARROS, UMA SALA DE ESTAR, 04 QUARTOS, SENDO 02 SUÍTES, 01 BANHEIRO, 02 ÁREAS DE SERVIÇOS, LOCALIZADO: Rua: Ubiracy de Azevedo Picango VALOR R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

JARDIM FELICIDADE I

Oliveira Imóveis 0192/2013

VENDE-SE UMA VILA DE KIT NET COM 05 UNIDADES, CADA UMA POSSUI 01 QUARTO, 1 BANHEIRO, 01 SALA, 01 COZINHA, POSSUI GARAGEM PARA 05 CARROS E CAIXA D'ÁGUA A MEDIDA DO TERRENO: 12 X 30 POSSUI 360 M2 LOCALIZADO: AV. CARLOS ALMEIDA DE SOUZA Nº 2910 VALOR R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0189/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: GARAGEM PARA 03 CARROS, 01 SALA DE ESTAR, 02 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, 01 BANHEIRO SOCIAL, 01 COZINHA, 01 BANHEIRO EXTERNO COM DEPOSITO AO LADO A MESMA E TODA MURADA, POSSUI ENERGIA BIFÁSICA LOCALIZADO: AV. CARLOS ALMEIDA DE SOUZA VALOR R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

LAURINDO BANHA

Oliveira Imóveis

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: GARAGEM PARA 02 CARROS, 03 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, SALA DE ESTAR, COZINHA COM BANCADA EM GRANITO, 01 BANHEIRO, 01 PISCINA E ÁREA DE SERVIÇO O TERRENO MEDIDA 12 X 25 VALOR R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

LAGUINHO

Oliveira Imóveis - 0220/2013

VENDE-SE UM EXCELENTE TERRENO PRÓXIMO AO SUPERMERCADO, LOJAS DE ELETRODOMÉSTICOS E FARMÁCIAS, POSTO DE GASOLINA, BARRACAGEM, LOJA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, IGREJA, FACULDADE E BANCO 24 HORAS, O MESMO MEDIDA 20 X 60, TOTALIZANDO 1.200 M2, O TERRENO É PRÓPRIO PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO, GALPÃO, ESCOLA, CLÍNICA, VILA DE CASAS, RESTAURANTE, BANCOS E LOJAS, LOCALIZADO: RUA: JOSÉ SÉRAFIM, PARALELA À RUA GENERAL RONDON VALOR R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

PAÇOVAL

Oliveira Imóveis - 055/2013

VENDO UMA CASA EM ÓTIMA LOCALIZAÇÃO, LOCALIZADO: AV. SÃO PAULO VALOR R\$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0168/2012

VENDO UMA CASA COM DUAS MORADIAS CONTENDO: 1ª MORADIA: GARAGEM PARA 03 CARROS, 01 SALA, ESCRITÓRIO, 02 SUÍTES, COZINHA, 2ª MORADIA: SALA DE ESTAR, COZINHA, 03 QUARTOS SENDO 01 SUÍTE, ÁREA DE SERVIÇO, BANHEIRO SOCIAL E QUINTAL MEDINDO 17 X 34 LOCALIZADO NA RUA MATO GROSSO Nº 634 VALOR R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0062/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 03 CARROS, SALA, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, LOCALIZADO NA AV. RIO GRANDE DO NORTE Nº 166 VALOR R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

SANTANA

Oliveira Imóveis - 0215/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA TODA DE ALVENARIA, CONTENDO 3 SUÍTES EM CIMA E UM PONTO COMERCIAL, E O TERRENO MEDIDA 4 X 21 LOCALIZADO: AV. SANTANA Nº 131 ÁREA PORTUÁRIA VALOR R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0216/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA CONTENDO 4 APARTAMENTOS E UMA OFICINA DE CARRO, O TERRENO MEDIDA 15 X 40 LOCALIZADO: AV. BRASILIA Nº 951 HOSPITALIDADE VALOR R\$ 170.000,00 (CENTO E SETENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

SANTA RITA

Oliveira Imóveis - 0139/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO 4 QUARTOS, 1 BANHEIRO SOCIAL, 1 COZINHA, 1 ÁREA DE SERVIÇO E 1 DISPENSA LOCALIZADO: AV. FRANCISCO VALO LIMA Nº 2920 VALOR R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

KM 09

Oliveira Imóveis - 0187/2013

VENDO UM EXCELENTE TERRENO LOCALIZADO NA LINHA "D" KM 09 HA 80 METROS DA PISTA, O TERRENO CONTEM VÁRIAS ÁRVORES FRUTÍFERAS E O MESMO MEDIDA 100 X 300, ACEITA-SE PROPOSTA LOCALIZADO: LINHA KM 09 VALOR R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

MARABAXO III

Oliveira Imóveis - 0161/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, 03 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, 01 BANHEIRO SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO E QUINTAL MEDINDO 10X25 LOCALIZADO NA AV. DÉCIMA OITAVA Nº 1453 VALOR R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0047/2012

VENDO UMA CASA COM PONTO COMERCIAL CONTENDO: 1ª PAVIMENTO: UM PONTO COMERCIAL, 03 FREEZER, 01 EXPOSITOR, 02 VITRINES E UM MAGUINÁRIO PARA PADARIA, 2ª PAVIMENTO: GARAGEM PARA 01 CARRO, SALA, 01 QUARTO, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, PARCIALMENTE FORRADO EM PVC, POÇO AMAZONAS, MEDIÇÕES 10X25 LOCALIZADO NA RUA 09 Nº 1068 VALOR R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0168/2013

VENDO UMA VILA DE KIT NET (05) CONTENDO SALA, QUARTO, COZINHA, BANHEIRO, TODA FORRADA EM MADEIRA DE LEI, LAJOTADO, 02 POÇOS ARTESIANOS E GRADADO LOCALIZADO NA AV. 17 DO MARABAXO III, MEDIÇÕES 10X25 VALOR R\$ 135.000,00 (CENTO E

TRINTA E CINCO MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

UNIVERSIDADE - CONJ. EMBRAPA

Oliveira Imóveis - 0021/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 01 CARROS, SALA DE ESTAR, 01 QUARTO, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO E QUINTAL, MEDINDO 15X25, LOCALIZADO NA AV. ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA SIN VALOR R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

SOL NASCENTE

Oliveira Imóveis - 0075/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA EM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 03 CARROS, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, 02 SUÍTES, 01 QUARTO, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, PISCINA, QUINTAL, PORTÕES DE FERRO E ABASTECIMENTO POR POÇO ARTESIANO LOCALIZADO RUA TOM JOBIM Nº 2130 VALOR R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

UNIVERSIDADE

Oliveira Imóveis - 0167/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, COZINHA, BANHEIRO SOCIAL, 03 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE E ÁREA DE SERVIÇO, LOCALIZADO NA AV. WALTER BANHOS Nº 310 VALOR R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0089/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA EM ACABAMENTO CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, 02 QUARTOS, 01 SUÍTE, 02 SUÍTES INACABAS, COZINHA, BANHEIRO SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO, POÇO ARTESIANO, PISCINA EM FIBRA, ACABAMENTO EM PORCELANATO, MADEIRA E VIDROS TODA FORRADA MURADA E CERCA ELÉTRICA E PORTA O ELETRÔNICO MEDINDO 12X30 LOCALIZADO NA AV. INSPECTOR AMORE Nº 1050 VALOR R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis - 0193/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 01 CARRO, SALA DE ESTAR, 02 QUARTOS, COZINHA, 02 BANHEIROS, ÁREA DE SERVIÇO, POÇO ARTESIANO, QUINTAL MEDINDO 12X25 LOCALIZADO NA AV. UNIVERSIDADE VALOR R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

ZERÃO

Oliveira Imóveis - 0170/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, 02 QUARTOS, 01 SUÍTE GRANDE, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA COM MÓVEIS PLANEJADOS, ÁREA DE SERVIÇO, PISO EM PORCELANATO, TODA ACIMETADA NA ÁREA, POÇO ARTESIANO, ABASTECIMENTO POR CAIXA D'ÁGUA, 1.000 LITROS, FORRO EM ANGELIM, PEDRA MEDINDO 12X30 LOCALIZADO NA AV. M. GIOVANNI Nº 468 ENTRE ZECA SERRA E ELRICO DOS S. BARBOSA VALOR R\$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br

KM 09-RAMAL DO CURRALINHO

Oliveira Imóveis - 0173/2012

VENDO UMA CASA DE DOIS PAVIMENTOS COM PONTO COMERCIAL CONTENDO: TERRENO MEDINDO 19X40 COM UMA CASA DE DOIS PAVIMENTOS CONTENDO NO PRIMEIRO PAVIMENTO UM PONTO COMERCIAL COM 01 SALÃO COM BANHEIRO NA PARTE DE CIMA, 01 QUARTO, 01 SALA E 01 COZINHA LOCALIZADO NO KM 09 AP 20 RAMAL DO CURRALINHO (ENTRE A LINHA D E E) VALOR R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site: www.oliveiraimoveisap.com.br